CREMERJ Jornal do

ÓRGÃO OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ABRIL - 97 ANO X - Nº 80

CREMERJ ENTREGA AOS MÉDICOS SUA NOVA SEDE

PÁGINAS 8 E 9

Os três primeiros presidentes do CREMERJ, na gestão Causa Médica - Eduardo Augusto Bordallo (ao centro), Mauro Brandão (à esquerda) e Bartholomeu Penteado Coelho (à direita) - descerram a placa de inauguração da nova sede da entidade, em Botafogo

CRIAÇÃO DE CURSO SÓ COM PERMISSÃO DO MEC

Em audiência com o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, o CREMERJ mostrou sua preocupação com a proliferação de novas Faculdades de Medicina, levando-o a assinar Portaria suspendendo os vestibulares de duas universidades que já tinham marcado os concursos - a Universidade Estácio de Sá e a Unigranrio - e que agora estão subjudice.

Na ocasião ainda, o Ministro Paulo Renato informou ao CREMERJ sobre a assinatura pelo Governo do Decreto nº 2207, que regulamentou a Lei nº 9394, sancionada em 20 de dezembro do ano passado, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases ou Lei Darcy Ribeiro, confirmando a necessidade de autorização prévia pelo MEC para a criação de novos cursos superiores. O Decreto prevê ainda que a criação ou a implantação de cursos de Medicina por universidades e demais instituições de ensino superior deverá ser submetida à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde.

Página 3

Audiência com o CREMERJ leva o Ministro da Educação, Paulo Renato, a baixar portaria

ATO-SHOW DEFENDE FINANCIAMENTO PERMANENTE PARA A SAÚDE

PÁGINA 11

EDITORIAL

Novo CREMERJ: a cara do médico do Rio de Janeiro

Estamos inaugurando o novo CREMERJ, a Casa do Médico, com muito orgulho. A Causa Médica, ao ganhar as eleições de 1993, achou que a velha sede da Cinelânida já tinha cumprido seu papel e estava pequena para as suas pretensões. Uma parte da história da Medicina do Rio de Janeiro e da democracia no Brasil foi passada ali. Agora é hora de mudar.

Uma das plataformas deste corpo de Conselheiros, eleito para o período de 93/98, é o rodízio da diretoria. Assim, o CREMERJ não tem o perfil de um médico, e sim a cara do médico do Rio de Janeiro.

Foi Eduardo Bordallo na presidência, que, com sua diretoria, saneou as finanças e entregou a Mauro Brandão um Conselho com folga financeira, mais equilibrado e mais organizado.

Mauro Brandão com sua diretoria, da qual fiz parte como tesoureiro, pensou em reforma da sede. Chegou à conclusão que não adiantava reformar pois continuaríamos expremidos no velho prédio, bonito até, mas maltratado, sem conforto e segurança, e com os setores espalhados por quatro diferentes andares.

Resolvemos então partir para a idéia arrojada de compra da nova sede. Encontramos o que queríamos e iniciamos as negociações com a João Fortes, num relacionamento comercial correto e maduro, respeitando as normas legais do serviço público.

Fizemos as obras de adaptação e decoração, projetadas e supervisonadas pela C + R Arquitetos, que muito nos auxiliou, terminando num bonito conjunto que aí está.

Foi muita audácia! Hoje estamos com a obra inteiramente paga. Mas passamos alguns momentos de dificuldades. E aqui fica registrado o nosso agradecimento aos funcionários do CREMERJ, que compreenderam as dificuldades e que trabalharam incansavelmente para que chegássemos a este momento.

Nesta nova sede, que ora inauguramos, estamos mudando o CREMERJ. É um novo CREMERJ. Digno dos médicos do Rio de Janeiro, ampliando e modernizando seu trabalho, na defesa da dignidade profissional sem corporativismo. Defendemos os dignos. Os indignos não são nossos colegas.

A categoria médica vem sofrendo uma série de dificuldades. Péssimas condições de trabalho, salários aviltantes, má remuneração dos planos de saúde e a mídia, muitas vezes, informando equivocadamente. Estamos atentos, defendendo a dignidade profissional.

O novo CREMERJ também cria novos serviços para a categoria.

O Centro de Pesquisa e Documentação em Ética Médica e Saúde Pública - CPDOC - informatizado está à disposição da categoria com farta bibliografia sobre ética, resoluções normativas, pareceres do CREMERJ, do CFM e dos outros conselhos, além de bases de dados do IBGE, do SUS, da MEDLINE e outros programas científicos. Conta também com computadores ligados à Internet que poderão ser acessados pelos próprios médicos quando lá estiverem.

O CPD moderno agilizará a vida do médico, enquanto que a home page, na qual temos documentação inserida, melhorará a comunicação entre os médicos. O Registro Médico será microfilmado e computadorizado e o próprio médico poderá consultar o seu cadastro nos computadores instalados na recepção. As Delegacias Regionais já estão informatizadas e a Secretaria de Comissões e Câmaras Técnicas hoje coordena 11 Comissões, 21 Câmaras Técnicas e 8 Grupos de Trabalho.

O SECCAT é composto por Conselheiros, professores universitários, membros das sociedades médicas do Estado e especialistas, num total de 300 médicos, que ajudam o CREMERJ nas suas diversas tarefas, emitindo pareceres, assessorando na elaboração de resoluções, realizando eventos, e até ajudando em visitas de fiscalização. É muito importante, pois agiliza o nosso trabalho.

O PEP - Setor de Processo Éticos - mas confortavelmente instalado e informatizado poderá responder rapidamente, às demandas da sociedade, defendendo a dignidade profissional.

O Conselheiro, cujo cargo é honorífico, não remunerado, com o conforto e a segurança da nova sede, vem mais ao Conselho, produz mais, representando melhor a categoria.

Este é o novo CREMERJ, a Casa do Médico, que no momento entregamos aos médicos e a sociedade do Estado do Rio de Janeiro, sempre em defesa da ética, da saúde e da democracia.

Bartolomeu Penteado Coelho - Conselheiro Presidente do CREMERJ

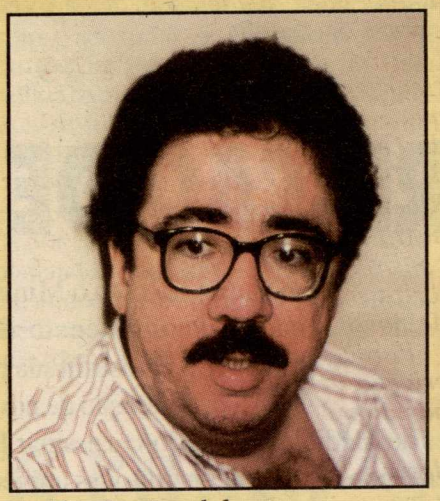
Nova sede é uma conquista dos médicos do nosso Estado

A nova sede do CREMERJ, em Botafogo, é uma conquista dos médicos do Rio de Janeiro. Ela foi comprada e reformada com a contribuição anual paga pelos próprios médicos.

Segundo o Tesoureiro do Conselho Pablo Queimadelos, o processo de aquisição do imóvel começou em 95, com uma pesquisa de mercado, que teve como prioridade encontrar um prédio bem localizado e que atendesse às necessidades de crescimento do CREMERJ no atendimento aos médicos.

- A compra foi baseada nas avaliações técnicas, efetuadas pela Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, e de mercado, feita pelas imobiliárias Julio Bogoricin, Patrimóvel e Basimóvel - diz Queimadelos. A nova sede foi comprada por R$ 3.127.502,28, e a antiga sede no Centro com 43 salas, foi usada como parte do pagamento.

- O prédio da Praia de Botafogo é constituída de duas lojas: B e C. Em novembro de 95, a loja C foi paga com a permuta das salas do Edifício Odeon, que equivaleram a R$ 780.000,00. Na mesma época, o CREMERJ deu um sinal de R$ 800.000,00 para a aquisição da loja B. O restante do valor foi negociado em 13 prestações iguais (de dezembro/95 a dezembro/96) de R$ 102.415,77 e mais uma de R$ 216.097,27, com vencimento em fevereiro/97. Em janeiro/97, não houve prestação, porque era o mês de arrecadação das anuidades - explicou Queimadelos.



Pablo Queimadelos

Junto com as duas lojas, foram adquiridas 35 vagas de garagem no Edifício Argentina, que também faz parte do Centro Empresarial Rio.

Para se adequar à organização do CREMERJ, a sede teve que sofrer algumas reformas, como instalação de ar-condicionado central e a divisão das salas.

A empresa C+R Arquitetos Ltda. foi contratada para elaborar os projetos técnicos e fiscalizar a reforma, executada pela João Fortes Engenharia S.A., após o competente processo de licitação. Foram feitos demais investimentos referentes a móveis, decoração e programação visual.

- A nova sede está alicerçada sobre uma moderna estrutura para melhor servir aos médicos e à sociedade, trabalhando com mais eficiência e agilidade - concluiu o tesoureiro.

CREMERJ contra a criação de novas faculdades médicas

Preocupado com a proliferação de Faculdades de Medicina no país e, principalmente, no Rio de Janeiro, o CREMERJ vem mantendo constantes contatos com o Ministério da Educação para evitar a criação de tais cursos. Em audiência com o Ministro Paulo Renato, três dias antes da realização de dois vestibulares para Medicina no Rio - os da Estácio de Sá e o da Unigranrio - a diretora do Cremerj Alcione Núbia Pittan e o Conselheiro José Antônio Romano, da Comissão de Médicos Recém-Formados da entidade, alertaram o Ministro sobre o problema, levando-o a divulgar, no dia seguinte, portaria suspendendo tais vestibulares. As faculdades desobedeceram ao MEC e realizaram o exame sob liminar concedida pela Justiça, mas até o fechamento dessa edição, o mérito ainda não havia sido julgado. (Em Cuiabá, na mesma época, a Justiça negou a liminar que garantiria a realização de vestibular para Medicina pela Universidade de Cuiabá.)

Quatro dias depois, Fernando Henrique assinou o decreto nº 2207 que regulamentou a recém-aprovada Lei nº 9394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases ou Lei Darcy Ribeiro, conforme promessa do Ministro Paulo Roberto ao CREMERJ, confirmando a necessidade de autorização pelo MEC para a criação de novos cursos superiores.

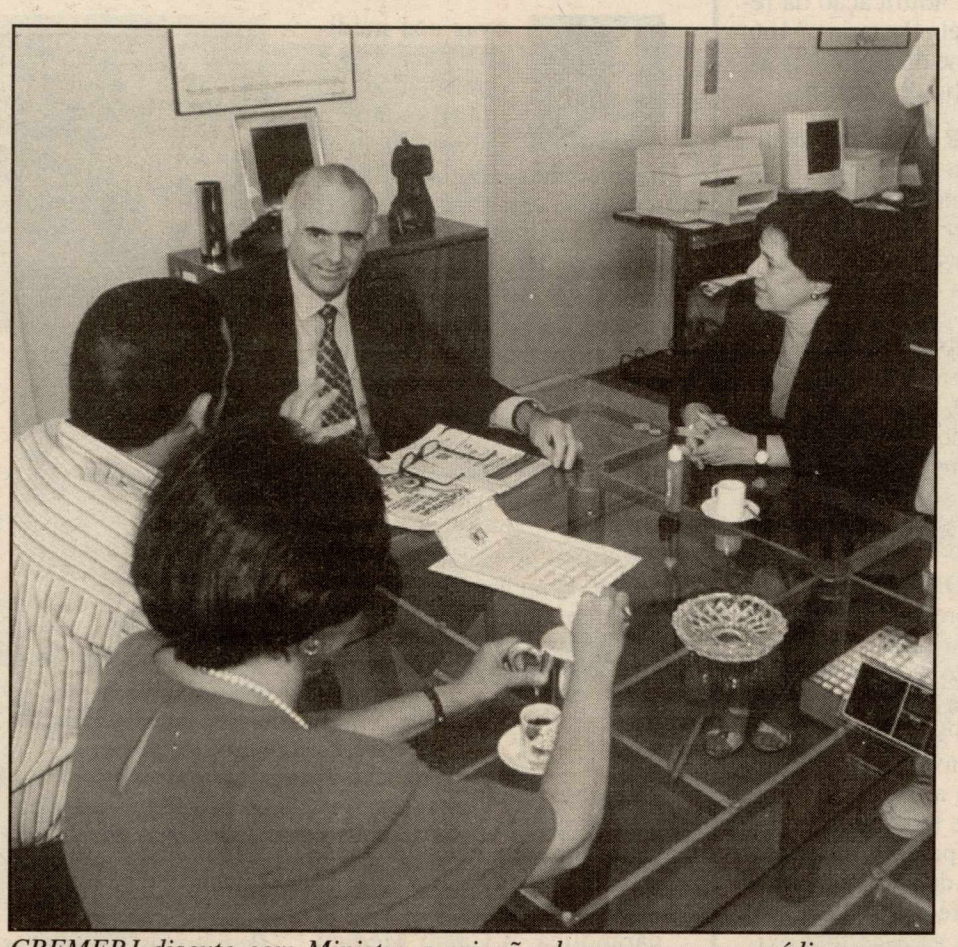
Parecer do CREMERJ contra a criação de novos cursos médicos já havia sido aprovado anteriormente.

- Cerca de sete mil médicos são despejados no mercado a cada ano e menos de 70% têm acesso à Residência Médica. O aperfeiçoamento fica a desejar na área clínica e os médicos não recebem formação eficiente - diz o parecer.

O parecer lembra que o mercado de trabalho já está saturado. A criação de novos cursos vai levar ao subemprego e à desorganização da assistência médica, argumenta o Conselheiro Guilherme Eurico Bastos da Cunha, membro da Comissão de Ensino Médico.

Em seu parecer, Guilherme Eurico diz também que a assistência médica já está bastante combalida pelo tratamento que vem recebendo dos governos federal, estaduais e municipais.

O Conselheiro observa ainda que o embasamento das faculdades para a criação dos cursos é extremamente precário, não só quanto à área física apropriada para o ensino médico, como também quanto às instalações de biblioteca, laboratórios e, principalmente, quanto ao treinamento prático em instituição hospitalar.



CREMERJ discute com Ministro a criação de novos cursos médicos

LDB não dispensa consulta ao CNE

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) mantém a necessidade de autorização do Conselho Nacional de Educação para a criação de novos cursos, ao contrário do que alegam na Justiça as universidades Estácio de Sá e Unigranrio. O Departamento Jurídico do CREMERJ analisou a LDB, informando que, em seu artigo 9, diz que a União está incumbida de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar respectivamente os cursos das instituições de ensino superior e os estabelecimentos de ensino, determinando ainda que haverá um Conselho Nacional de Educação com funções normativas e de supervisão.

E o Decreto nº 2207, recém-assinado por FHC, no parágrafo 5º do artigo 5º, diz que a criação de cursos superiores de graduação (Estácio e Unigranrio) ou a incorporação de cursos (Itaperuna a Unig) já existentes e em funcionamento, fora da sede, ou seja, em localidades distintas das definidas no ato de seu credenciamento, por universidades integrantes do Sistema Federal de Ensino, depende de autorização prévia do Ministério da Educação e Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, nos termos de norma a ser expedida pelo Ministro de Estado, a qual incluirá a comprovação da efetiva integração acadêmica, administrativa entre a nova unidade e a sede da instituição.

O decreto vai mais além, ao determinar, no artigo 10º, que "em qualquer caso, a criação e implantação de cursos de graduação em Medicina, Odontologia e Psicologia, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverão ser submetidas à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde".

Mercado nos grandes centros já está saturado

Cerca de 1.500 médicos se formam anualmente no Rio, onde já existe um médico para 300 habitantes, quando a OMS preconiza 1 médico para 1.200 habitantes. (No Brasil, de um modo geral,. há 1 médico para 700 habitantes).

Para justificarem a criação de novos cursos de Medicina, as faculdades alegam, muitas vezes, falta de médicos na região.

- Essa carência de profissionais em certas regiões não justifica a abertura de novas escolas - protesta Alcione. Na Baixada, por exemplo, o problema da falta de médicos está relacionado não à falta de cursos de Medicina, como alegou a Unigranrio - a Faculdade de Medicina de Nova Iguaçu forma todos os anos 200 novos médicos - e sim à falta de hospitais ou de condições adequadas ao exercício da Medicina. O médico é obrigado a trabalhar em precárias condições, inclusive de violência.

A Conselheira lembra que o pessoal que se forma no interior vem para os grandes centros. Se o sistema de saúde oferecesse condições adequadas, o médico se fixaria em regiões mais carentes. Nessas áreas, a doença está presente sem que o médico possa atuar com eficácia.

- A Medicina é uma profissão muito procurada porque dá status - diz Alcione. Há sempre candidatos por mais longe que elas se situem, o que não significa que os médicos formados por elas vão se fixar na região.

Diplomas sem registro

Para Alcione Núbia Pittan, é importante alertar os vestibulandos quanto aos cursos ainda não autorizados e reconhecidos pelo MEC:

- Caso não sejam reconhecidos, os diplomas não serão registrados, e, conseqüentemente, o Conselho não dará aos médicos formados por essas instituições o CRM indispensável ao exercício da Medicina.

Na sua opinião, é preferível fazer o vestibular para uma faculdade em que o candidato tenha garantia de que seu diploma ao final do curso seja registrado e que vá lhe oferecer boas condições de aprendizagem.

- A população precisa de médicos capacitados para que seja atendida com dignidade - afirma.

Alcione questiona principalmente onde seria o campo de treinamento dessas novas escolas. Segundo ela, o ensino de Medicina exige laboratórios adequados, um hospital-escola próprio que possa ter um controle rigoroso dos alunos durante todo o curso médico.

- Os médicos do hospital-escola são também professores e como tal comprometidos com a qualidade do ensino.

Segundo ela, os internatos feitos em hospitais não próprios são, na sua maioria, muito deficientes.

Os alunos ficam soltos nos hospitais, sem nenhum acompanhamento da faculdade. E o MEC não tem nenhum controle sobre esses estágios.

Ela lembra que só no Hospital de Bonsucesso, no qual trabalha, mais de 40 internos fazem estágio por ano.

- Cada chefe de serviço tem o seu critério para fazer a avaliação desses estudantes. Alguns levam em conta a freqüência, a colaboração etc. Há aqueles que não têm nenhum interesse de manter estudantes em seu serviço.

Alcione observa ainda que o médico do hospital não recebe por mais esse trabalho de dar preceptoria a estudantes.

A prova da deficiência dos cursos já existentes é o alto índice de reprovação nos concursos de Residência Médica. Segundo ela, os hospitais Souza Aguiar e Bonsucesso, por exemplo, ficaram este ano sem Residência Médica em Ortopedia, apesar de haver vagas, porque não houve candidatos aprovados nessa área.

A Universidade Estácio de Sá, por exemplo, está citando o Hospital São Vicente, na Tijuca, como referência para treinamento prático dos alunos. Alcione questiona se esse hospital vai receber os alunos:

- O Hospital São Vicente é de corpo clínico fechado. Será que agora, de repente, vai abrir para estudantes?

INFORME

A Coordenadora da Câmara Técnica de Endocrinologia do CREMERJ, Kássie Regina Cargnin, esclarece aos médicos que a Portaria nº 103/97, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, publicada em 10 de março passado, que padroniza a prescrição de substâncias anorexígenas através da exigência de notificação da receita C (rosa), foi suspensa por 90 dias pela Portaria nº 166, publicada em 29 de abril, segundo informe do Coordenador da Fiscalização Sanitária no Estado do Rio de Janeiro.

MOÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por indicação da Deputada Magaly Machado, concedeu Moção de Congratulações e Aplausos ao Presidente do CREMERJ, Bartholomeu Penteado Coelho, por sua dedicação e dinamismo e pela inauguração da nova sede, no último dia 25 de abril.

HIPÓCRATES

A Associação de Médicos Escritores vai promover em breve um concurso que terá como tema a biografia de Hipócrates. O regulamento, prazo e prêmios serão ainda definidos. Aguardem!

ENSINO MÉDICO

Máximus Taveira Santiago, Maria Cristina Donaire Gutierrez e Rosa Maria Viana Castelar Pinheiro são os membros aprovados para a Comissão de Ensino Médico do CREMERJ.

SUL-SUDESTE

O V Encontro dos Conselhos Regionais de Medicina, que aconteceu em Vitória, Espírito Santo, de 1º a 3 de maio, discutiu, dentre outros temas, a pesquisa em seres humanos, as cooperativas médicas no serviço público e o registro de título de especialista nos Conselhos. Além do CFM, todos os Conselhos da região participaram. Conselhos de outros estados também se fizeram presentes.

SEMINÁRIO

O CREMERJ promoverá em breve um seminário sobre responsabilidade civil dos médicos, tema de grande atualidade na nossa profissão. Para organizá-lo, a diretoria já criou uma comissão.

CINAEM

No dia 14 de julho, na sede do CFM, será apresentado à 48 escolas médicas, o relatório final do Projeto de Avaliação da Cinaem (Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico). Segundo o Conselheiro José Antonio Romano, representante do CREMERJ na Cinaem, no dia 15 de julho, será a vez de os Ministros da Educação e da Saúde conhecerem o trabalho.

ERRO MÉDICO

A reunião mensal da SOMERJ, realizada em Rio Bonito, nos dias 9 e 10 de maio, contou com palestra do Conselheiro Mauro Brandão sobre erro médico.

CONVÊNIOS

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar dia 2 de maio suspendendo os efeitos da lei, que vigorava em São Paulo, que obrigava os convênios e seguros de saúde a custear o tratamento de todas as doenças listadas pela Organização Mundial de Saúde, inclusive as infecto-contagiosas, as crônicas e as que exigem transplante. Torna-se urgente, desde então, a votação de projeto similar à lei de São Paulo, no Congresso Nacional.

CÂMARAS TÉCNICAS

Antonio Luis Gonçalves, Celso Ferreira Ramos Filho, David Eduardo Barroso, Marília Abreu Silva, Marisa da Silva Santos, Mauro Brandão Carneiro e Ralph Antonio Xavier Ferreira, são os nomes aprovados para compor a Câmara Técnica de Doença Infecto-Parasitária. Já a Câmara Técnica de Perícias Médicas ganhou o reforço de José Artur Fialho Amorim, da Sociedade Brasileira de Auditores Médicos.

ÉTICA MÉDICA

Tomaram posse dia 13 de maio os membros das Comissões de Ética Médica do Hospital de Clínicas Mario Lioni, da Fundação Clara Basbaum, do PAM Jacarepaguá, de Unidade Integrada de Saúde Rocha Maia, da Venerável e Arquiepiscopal Ordem 3ª N. S. do Carmo, do PAM Madureira e do Hospital Infantil Ismélia da Silveira.

OPINIÃO

Canal Médico: educação médica continuada na TV

Levar aos médicos brasileiros a oportunidade de atualização e aperfeiçoamento do conhecimento profissional, tão necessários ao exercício da Medicina, é o objetivo do Canal Médico, que poderá ser sintonizado através de antenas parabólicas de todo o país, na freqüência 3.870 MHz, polarização horizontal, posição anterior à Rede Vida.

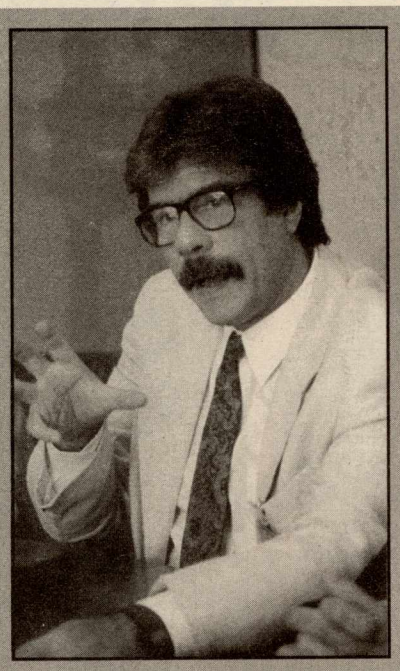
- Trata-se, na verdade, de um programa de Educação Médica Continuada através da televisão - explica o Consultor Científico do Canal Médico - Mauro Brandão Carneiro.

Abordando todas as especialidades e pautado nos princípios éticos, o Canal Médico vai ao ar à noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, às 22h40m, às terças e quintas, às 23h, e aos domingos, às 22h; e pela manhã, de segunda à sexta, às 10h50m, e aos sábados, às 10h.

Ele lembra que, por ser via parabólica, o Canal Médico atua em todo o território nacional, o que dá oportunidade aos médicos que estão longe dos grandes centros de se atualizarem quanto aos avanços da Medicina.

Mauro Brandão destaca o programa que estreou neste mês de maio - Sessão Clínica - levando para o ar, às quintas-feiras, a tradicional sessão clínica, comum em muitos hospitais. A partir de um caso clínico ou cirúrgico, discute-se no programa o diagnóstico e a conduta pertinente ao caso, sempre estimulando o raciocínio clínico. Mauro Brandão é o próprio apresentador do programa, que ainda tem um professor convidado e uma platéia composta de médicos, residentes e internos para debater o caso.

Outro destaque, segundo ele, é o programa "Serões Pediátricos", às quartas-feiras, que leva para o ar os encontros tradicionais da Sociedade Brasileira de Pediatria.



"O Canal Médico oferece oportunidade de atualização do conhecimento necessário ao exercício da profissão"

Mauro Brandão

- Contávamos com o sucesso do Canal Médico - diz Mauro Brandão. Mas, com apenas dois meses de realizações, o Canal superou todas as expectativas. São inúmeras as contribuições, críticas e sugestões de médicos de todo o país, todas bem-vindas pois pretendemos absorvê-las e aprimorar cada vez mais nosso Canal. Várias TVs já entraram em contato com o Canal Médico, solicitando permissão para veicularem os programas e todas foram atendidas.

Segundo Mauro Brandão, o êxito do projeto depende de vários fatores e, dentre eles a qualidade dos programas e a observância das normas éticas.

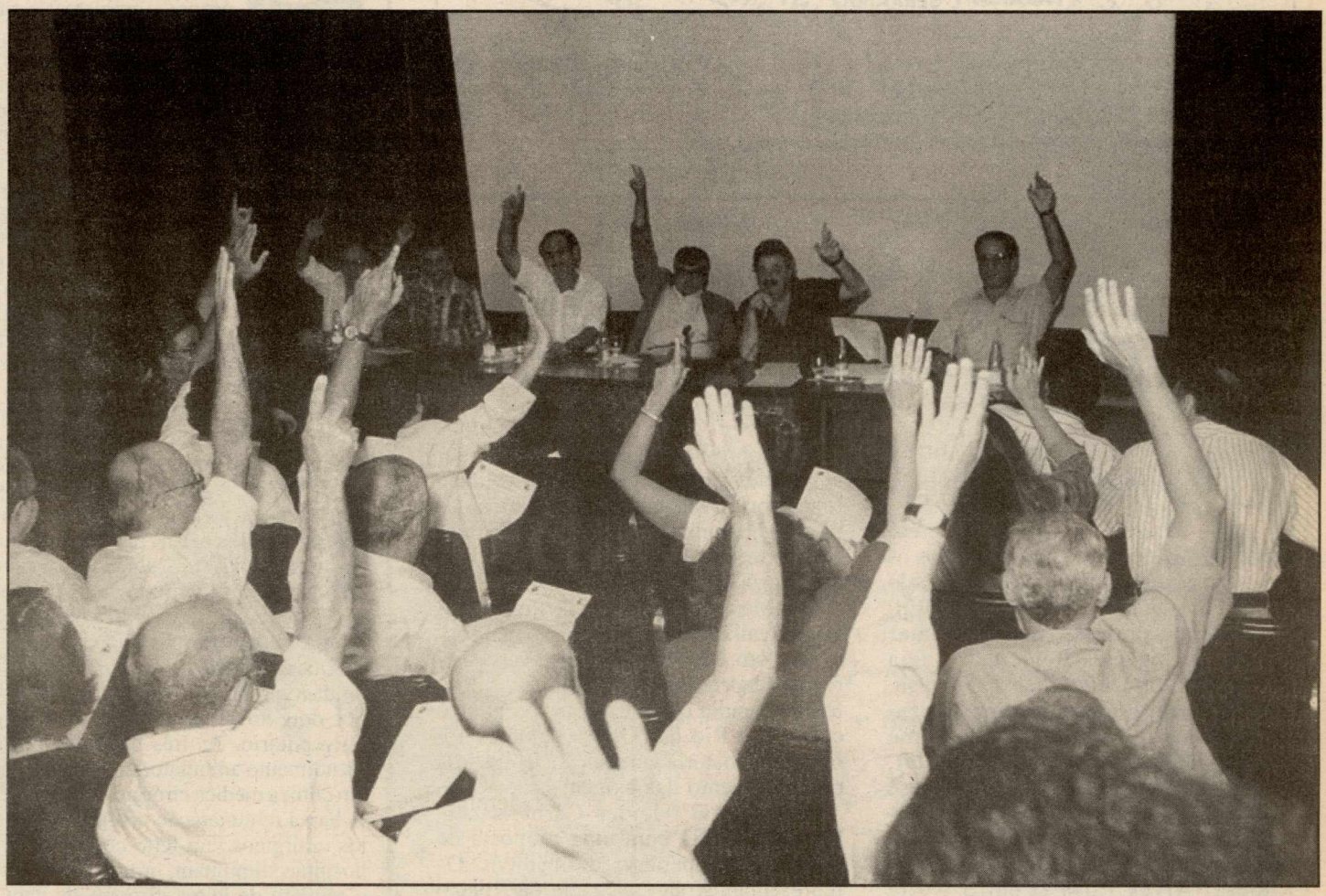
Quanto à qualidade, ele observa que o objetivo é estreitar as relações com as sociedades de especialidades médicas, fonte natural de recursos humanos de excelência para a produção dos cointeúdos programáticos, além da inconteste representatividade junto aos segmentos específicos da classe.

No tocante às questões éticas, à legislação e ao Código de Ética Médica, Mauro Brandão garante que possui preciosos textos disciplinando e normalizando a divulgação de assuntos médicos. É pressuposto para a realização dos programas trabalhar em perfeita sintonia com os Conselhos de Medicina.

- Esta harmonia estende-se a todas as entidades da classe - diz ele. Eclético na essência, o Canal Médico cultiva o bom relacionamento com todos os órgãos de representação.

O CREMERJ vai promover, através da sua Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia, o "I Seminário da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia: o abortamento previsto em lei", no dia 14 de junho, das 9h às 16h30m no auditório do Centro Empresarial Rio, na Praia de Botafogo, 228. O objetivo do seminário é esclarecer a classe médica sobre os aspectos legais e éticos e a necessidade de desenvolver ou criar serviços que atendam aos casos previstos em lei. É importante observar que a estagnação da lei para os casos de abortamento por estupro ou risco de vida materno, há mais de 50 anos, exige mudanças para que os casos de abortamento legal seja acessível às pacientes. O seminário, coordenado pelo Conselheiro Hildoberto Carneiro de Oliveira, da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia, constará de duas mesas redondas - "Aspectos Jurídicos" e "Implementação do aborto" além de debates sobre os temas.

Procuração marca adesão à Central de Convênios



Assembléia aprova termo de adesão ao Departamento Profissional da SOMERJ

Primeiro foi o Departamento Profissional dos Médicos. Agora, chegou a vez do termo de adesão. Elaborado por uma Comissão especial, formada por membros do CREMERJ, da SOMERJ e do SINMED, o texto do termo de adesão ao Departamento Profissional da Sociedade Médica do Rio de Janeiro foi aprovado, por unanimidade, durante a última assembléia do movimento de convênios, que aconteceu no dia 25 de abril. Organizada pela Comissão Estadual de Honorários Médicos, a assembléia teve a participação de representantes de várias sociedades especializadas, além de Eduardo Vaz, presidente da SOMERJ, Abdu Kexfe, presidente da CEHM, Eraldo Bulhões, representante da Federação Nacional dos Médicos, Arnaldo Pineschi, membro da Comissão de Convênios do CREMERJ, Issac Rottman, diretor do SINMED, e Flamarion Dutra, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Através do documento, uma procuração para pessoa física, os médicos passam a declarar publicamente a adesão ao Departamento, entidade que passa a representá-los junto a qualquer entidade intermediadora de serviços médicos ou promotora de planos de saúde. Além disso, ao assinarem o termo de adesão, os profissionais se comprometem, de imediato, a participar das assembléias deliberativas a serem convocadas, desde que cerca de 80% das pessoas físicas e jurídicas de seu município ou especialidade assinem termo idêntico.

"É saudável que se possa negociar múltiplas tabelas"

Arnaldo Pineschi

Dúvidas em relação aos honorários livres foram esclarecidas durante a assembléia, assim como vários outros pontos do termo de adesão. Para muitos médicos, a adoção de valores diferentes de honorários é prejudicial ao andamento do movimento, que deveria adotar uma tabela unificada. Arnaldo Pineschi esclareceu: - Nossa intenção é criar um padrão mínimo e digno para que os colegas posssam optar por duas ou três vezes esse mínimo. Nesse sentido, é saudável que haja uma possibilidade de se negociar mútiplas tabelas - afirmou o Conselheiro.

Marcos André de Sarvat, da Sociedade de Otorrinolaringologia, acrescentou:

- Além de preservarmos a liberdade individual dos profissionais, ao adotarmos os honorários livres, também deixamos de correr o risco de sermos acusados de cartelização.

A adesão de médicos recém-formados ao Departamento Profissional, através do documento elaborado, foi uma das questões levantadas durante a assembléia. Segundo vários representantes de sociedades especializadas, é preciso estabelecer um critério para que esta categoria participe do Departamento:

- É natural que existam exigências mínimas para o ingresso destes profissionais, como um curso de pós-graduação. Por lei, devem haver no mínimo duas especialidades, mas ainda temos que discutir isso com as sociedades - explicou Arnaldo Pineschi, acrescentando que este item é um ponto nevrálgico do movimento:

- Os meios de se identificar os médicos estão diretamente relacionados à forma como eles serão apresentados no livro. O que não queremos é discriminá-los - informou.

Livros regionais de médicos elaborados em outros estados, como Mato Grosso do Sul, foram apresentados durante a assembléia. Vista como um mecanismo de implantação de princípios, como a liberdade de escolha, credenciamento universal, dignidade e autonomia, a existência do livro é considerada fundamental para a evolução do movimento de convênios.

"Devemos preservar a liberdade individual dos profissionais"

Marcos Sarvat

No mês de maio, a CEHM deverá se empenhar no encaminhamento da procuração a todas as sociedades especializadas do Estado, para que elas discutam o teor do documento e enviem sugestões ou críticas. O próximo passo, segundo Arnaldo Pineschi, é a discussão de questões estatutárias.

- O projeto do estatuto já foi pré-elaborado, mas é preciso discutir ainda com todas as sociedades as prioridades - esclareceu Pineschi, que também faz parte da Comissão encarregada de elaborar o estatuto.

Para Marcos André de Sarvat, este é um aspecto positivo do andamento das discussões:

- O termo veio primeiro porque o estatuto é mais demorado mesmo. O nosso termo é diferente de alguns que dão mais insegurança para os seus assegurados porque aqui, quem assinar, terá certeza que a deliberação só vai ocorrer se 80% das pessoas forem a favor - afirmou André de Sarvat.

Delegacias Regionais do CREMERJ em todo o Estado

Portaria 188 preocupa delegacias regionais

A Portaria 188 do Ministério da Saúde, que diz respeito aos receituários de moderadores de apetite, foi preocupação comum a todos os representantes das Delegacias Regionais do CREMERJ, durante a reunião da CODER.

Estiveram presentes representantes das dez Delegacias Regionais: Lígia Muylaert (Norte Fluminense), Aloísio Brazil (Niterói), Adilson Tavares (Baixada Fluminense), Evaristo Minono e José Carlos Jannuzzi (Costa Verde), Gumercino Pinheiro Faria Filho e José Mauro da Silva (Região dos Lagos), Jorge Wanderley Gabrich e José Feres (Região Serrana), Javier Morelli e Paulo Roberto Alves Rosa (Centro Norte Fluminense), Norton Martins e José de Oliveira Domingues (Noroeste Fluminense), José Luiz Furtado Curzio e José Paulo Barbosa Faria (Vale do Paraíba) e Julio Cesar Neya (Sul Fluminense).

Segundo o Conselheiro Eduardo Bordallo, todos os participantes da reunião queixaram-se da Portaria 188, por dificultar o acesso dos pacientes aos medicamentos.

- De acordo com a Portaria 188, os receituários de moderadores de apetite devem ser fornecidos pelas Secretarias Municipais de Saúde. No entanto, as Secretarias não têm recebido os receituários do Ministério e as farmácias não liberam os remédios para os pacientes - explicou.

Visitas de fiscalização, organização de fóruns e informes das Delegacias também foram assuntos que estiveram em pauta. Depois dos protestos dos médicos para reverter as más condições de trabalho e de assistência dos pacientes e da mudança de direção, a Santa Casa de Campos está com o atendimento ambulatorial normalizado, realizando exames complementares, como de raio X, ultrassonografia e laboratório. Segundo a coordenadora da Delegacia Norte Fluminense, Lígia Muylaert, o hospital da Santa Casa está em processo de desinterdição, após sofrer reformas para o cumprimento das exigências feitas pela vistoria.

Adilson Tavares informou que o Hospital Miguel Couto, na Baixada, cumpriu as exigências e está aguardando nova fiscalização da Delegacia.

Os representantes da Delegacia Costa Verde solicitaram a organização de um fórum sobre verificação de óbitos. Segundo eles, o Hospital de Parati voltou a funcionar normalmente e os salários dos médicos já foram colocados em dia, tendo a Delegacia Regional ação importante neste processo.

Em Macaé, a Delegacia da Região dos Lagos realizou uma fiscalização no Pronto Socorro Municipal, onde diversas irregularidades foram encontradas. A Prefeitura decidiu construir outro pronto socorro. Em Rio das Ostras, também foi feita uma vistoria e a Delegacia aguarda o cumprimento das exigências.

O Hospital Alcides Carneiro, em Petrópolis, está com uma proposta de criar uma cooperativa de médicos. Os representantes da Delegacia da Região Serrana solicitaram um fórum sobre cooperativas e formas de gestão. Recentemente, a Clínica Pinto Duarte recebeu uma visita de fiscalização.

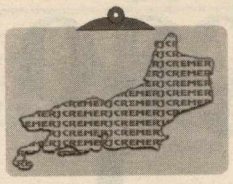
A situação do Hospital Raul Sertã, em Nova Fribrugo, e do médico Carlos Magalhães, que foi demitido por "justa causa" e sem direito de defesa, ainda não foi resolvida. A Delegacia solicitou uma reunião do CREMERJ com o Secretário Municipal de Saúde, o que já foi agendada.

De acordo com Aloísio Brazil, o Hospital São Paulo, de Niterói, foi encampado pela Prefeitura, que prometeu reformas para transformá-lo em mais uma maternidade pública.

Os representantes da Delegacia do Noroeste Fluminense denunciaram o surgimento na região de planos de saúde com honorários vis, sendo necessário fazer cumprir as Resoluções do CREMERJ. Em junho, serão realizadas as eleições para a nova diretoria da Delegacia.

A Delegacia do Vale do Paraíba apresentou um cronograma em que está previsto uma visita a todos os hospitais da região.

O representante da Delegacia Sul Fluminense sugeriu que se fizesse uma discussão sobre responsabilidade técnica dos sub-postos de saúde e dos programas de saúde pública. Propôs também um novo modelo de roteiro para fiscalização, que será passado para a COFIS. Ressaltou ainda a necessidade de obrigar, através de Resolução do Conselho, que os hospitais forneçam aos pacientes, que recebem alta, uma cópia com resumo do prontuário.



TERESÓPOLIS

O fechamento do Posto de Coleta de Sangue, que funcionava no Hospital das Clínicas, é atualmente um grave problema do município de Teresópolis. Há oito meses, a Vigilância Sanitária do Estado fechou o posto sem garantir alternativas imediatas, o que vem gerando grandes transtornos, não só para o município, mas para toda a região.

Segundo o Secretário Municipal de Saúde, Habib Someson Tauk, este problema é considerado prioridade absoluta pela Secretaria e pelo Conselho Municipal, que estão se mobilizando para a construção de um hemonúcleo. Com o apoio do Hemorio, vem sendo realizadas campanhas de doação para minimizar a falta de sangue.

Teresópolis tem 155 médicos lotados no SUS, 83 deles são da Secretaria Municipal, 18 da Estadual e 53 do Ministério da Saúde. A assistência estrutura-se numa rede de atendimento de nível primário, com três postos periféricos e cinco no interior, e três unidades de nível secundário, com consultas ambulatoriais em clínica médica, ginecologia, pediatria, cirurgia e outras especialidades.

Quanto à rede hospitalar, não existe unidade própria. O atendimento é feito por dois hospitais filantrópicos e um universitário. As três unidades fazem atendimento ambulatorial aos pacientes em clínica médica cirúrgica e obstétrica. A baixa remuneração dos procedimentos cirúrgicos tem feito com que estes hospitais diminuam, progressivamente, o número de leitos disponíveis para o SUS, acarretando uma demanda reprimida. A urgência é atendida no Centro Municipal de Saúde (SPA) e no Hospital das Clínicas. Os procedimentos de alto custo, como quimioterapia, hemodiálise, neuro-cirúrgicos, dosagens hormonais, entre outros, são custeados pela Secretaria Municipal. O Hospital das Clínicas está fazendo exames de tomografia computadorizada pelo SUS.

- Como em todo país, a saúde em Teresópolis não vai bem. O atendimento pelo SUS é feito apenas pelos três hospitais conveniados, sendo que 95% é no hospital-escola. Existe deficiência nos ambulatórios, algumas especialidades estão bastante carentes, e há falta de recursos humanos - afirmou Carlos Cesar Quintella, presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Teresópolis.

Considerando que a assistência à saúde não difere da maioria dos municípios brasileiros, Teresópolis sofre com a transferência indiscriminada de pacientes de cidades periféricas, principalmente de Guapimirim, Magé e da Baixada Fluminense. Esse atendimento tem sido responsável por grandes gastos para Teresópolis, que possui verba e número de AIHs (950/mês) fixos e proporcionais à sua população (aproximadamente 126.000 habitantes).

- Certamente, a proposta de excluir ou impedir acesso desses pacientes está descartada. Porém, a regulamentação das centrais de internações regionais e também os consórcios intermunicipais, obrigatoriamente, integram a pauta de discussão deste crônico problema. O grande afluxo de veranistas e turistas, que vêm para a cidade nos feriados, fins-de-semana e férias escolares, também agravam a situação no atendimento público - considerou Habib Tauk.

Algumas medidas têm sido tomadas para reorganizar o sistema de saúde no município, como: ativação de todas as unidades básicas; contratação de médicos e paramédicos aprovados no último concurso; montar um laboratório de análises clínicas próprio, incluindo exames de Aids; desenvolvimento de programas de saúde escolar e de controle e tratamento para aidéticos, com distribuição de medicamentos; dinamização do serviço de atendimento à mulher e à criança, que se tornou referência para a região serrana; e criação de um serviço de remoção de doentes de suas residências para os hospitais.

De acordo com Habib Tauk, a nível de decisão política, a Secretaria trabalha no sentido de elevar o município à gestão plena, permitindo assim que ele passe de um simples prestador de serviços, transfomando-se em gestor efetivo. A Secretaria teria condições de assumir maior compromisso na atenção à saúde da população, como: ampliar ações de vigilâncias sanitária e epidemiológica, serviço de auditoria e efetivar a operacionalização do Fundo Municipal de Saúde.

A ampliação das relações interinstitucionais também é uma meta para a efetiva implantação do SUS no município. Segundo José Feres, delegado do CREMERJ na cidade e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, existe a preocupação em integrar os profissionais de saúde, a Secretaria e a Faculdade de Medicina.

- Acreditamos que a parceria da instituição de ensino e a Secretaria poderá trazer muitos benefícios. A faculdade, além de ser formadora de mão-de-obra, é prestadora de serviços, através do hospital-escola. Nosso objetivo é promover a qualificação de recursos humanos, com educação continuada e cursos de reciclagens - concluiu.

OS NÚMEROS

População	126.228
Hospitais públicos	0
Hospitais filantrópicos	2
Hospitais universitários	1
Postos de saúde	11
Números de médicos	155
Salário dos médicos	R$ 600,00

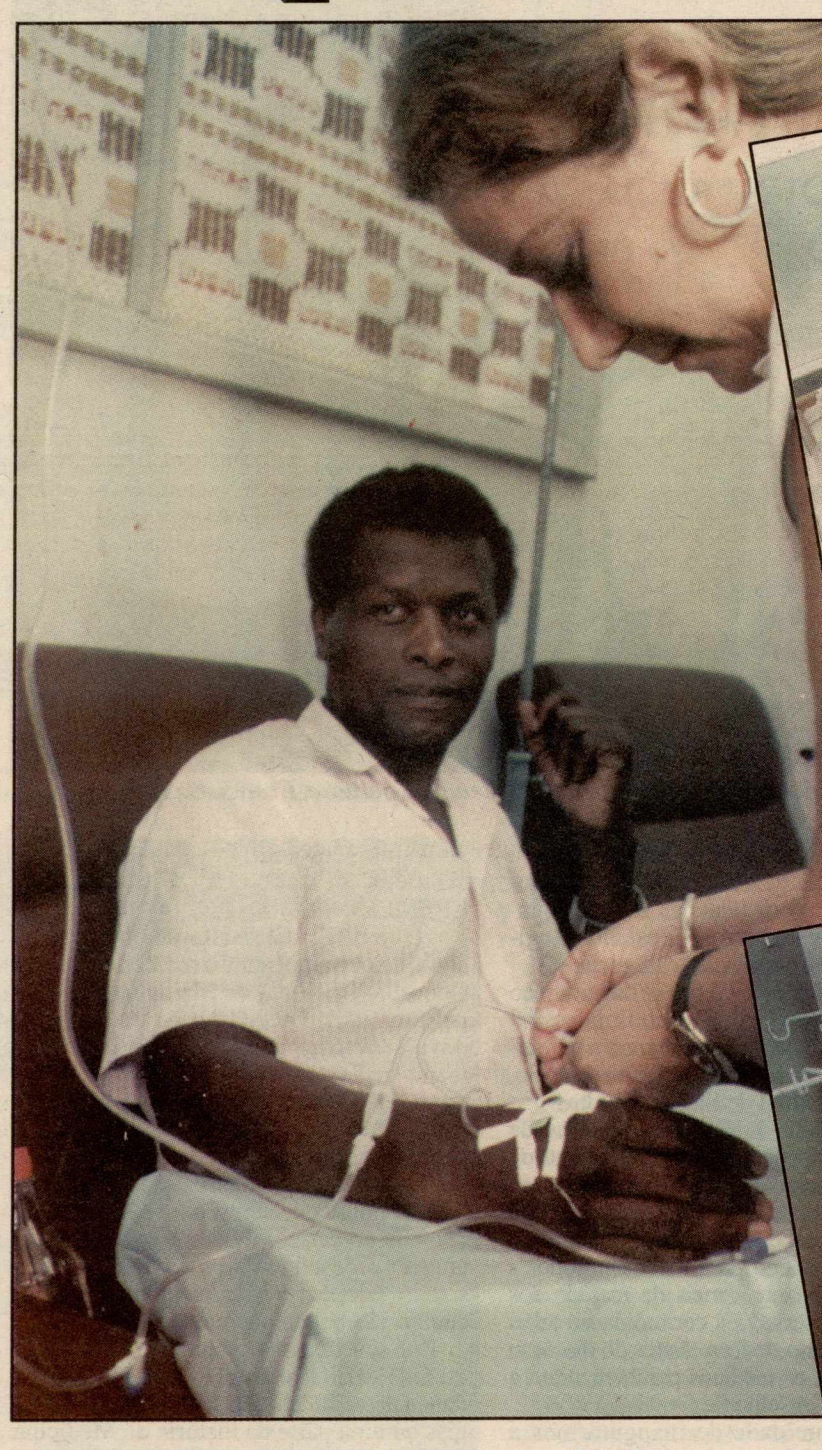
GRATO, no Antônio Pedro, atua na qualidade de vida

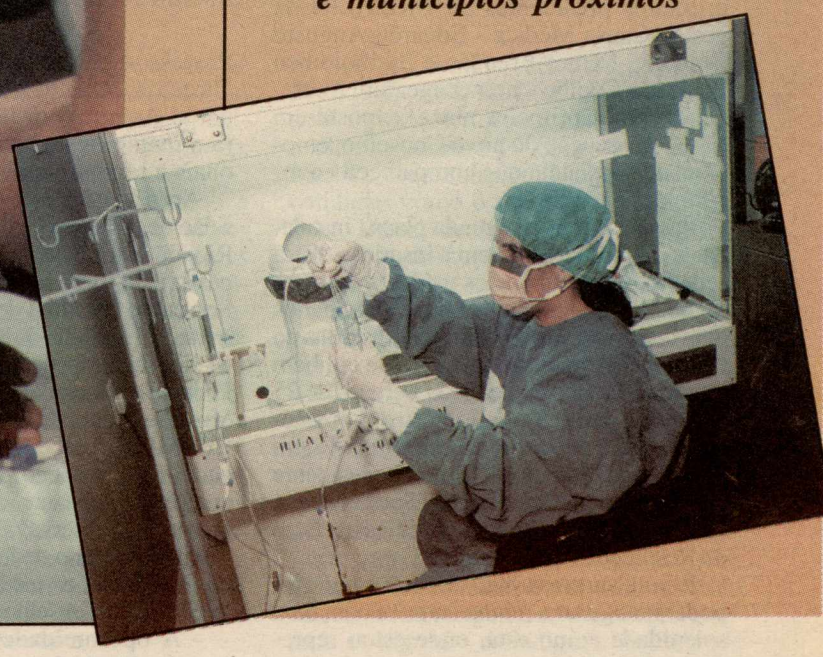
Medicina no Rio

Cerca de cem pacientes do Hospital Universitário Antonio Pedro, entre elas 10 crianças, recebem além de medicação, doses de carinho e atenção como parte do tratamento. A vontade de amenizar o sofrimento desses doentes uniu médicos e enfermeiros do Serviço de Quimioterapia. Juntos, eles formam o Grupo de Amparo ao Tratamento Onco-Hematológico (GRATO), que vêm oferecendo um atendimento humanitário e proporcionando qualidade de vida.

A solidariedade venceu a angústia de ver os pacientes interrompendo tratamentos por falta de remédios. Há dois anos, a criação do GRATO foi a solução encontrada para garantir os medicamentos de quimioterapia. De acordo com a professora adjunta de Hematologia, Marcia Patrão, o Hospital fornece os quimioterápicos à medida do possível, pois são muito caros.

- Houve época em que o fornecimento era insuficiente e os pacientes precisavam continuar com a medicação. Fundamos o GRATO para viabilizar a compra dos remédios nesses casos de necessidade. Recebemos ajuda de diversas formas. A mensalidade do GRATO é de R$ 10,00. Existem as pessoas que colaboram quando podem. Os laboratórios contribuem com a medicação de suporte, como antibióticos e antinflamatórios, e já nos doaram também mesa e arquivo para trabalhar. A farmácia, que fica perto do hospital, nos dá desconto. Além dos profissionais de saúde, também recebemos contribuições da comunidade. Como nossos pacientes não têm recursos, muitas vezes eles não têm dinheiro nem para pegar um transporte. O GRATO já pagou a passagem de alguns deles - afirmou.





O Serviço de Quimioterapia do Hospital Antônio Pedro é referência para Niterói e municípios próximos

A assistência não é apenas médica, mas quando necessário, os médicos acabam fazendo também trabalho de acompanhamento, quando alguém está faltando ao tratamento; de orientação, informando aos pacientes os seus direitos, como o de passagem gratuita para ir ao hospital fazer a quimioterapia; e, até mesmo, de promoção de eventos, como de festas de aniversário e de outras datas comemorativas.

- Nossos doentes são muito carentes afetivamente. O envolvimento é inevitável e acaba ajudando no tratamento. Como estamos sempre juntos, somos as pessoas mais próximas, com quem eles podem contar. O mais importante é que não colocamos dificuldades em atender. Quando eles passam mal, sabem que estaremos aqui e que serão bem recebidos - considerou Mônica Praxedes, outra professora adjunta.

Realizando de 25 a 30 atendimentos por dia e trabalhando com uma equipe bem treinada, que inclue hematologistas, enfermeiros e auxiliares, uma farmacêutica para a manipulação das drogas, um dermatologista e um reumatologista, o serviço de quimioterapia é referência para a região. Segundo Herbert Praxedes, chefe do Serviço de Hematologia, a demanda de pacientes é muito grande. Pacientes de vários municípios, principalmente de São Gonçalo, fazem tratamento no Antonio Pedro.

- Em torno de 50% dos pacientes de quimioterapia vêm de São Gonçalo. Somos referência no interior do Estado, recebemos doentes de Campos, Itaperuna, Rio Bonito, Cabo Frio, Macaé, São Fidélis e muitos outros. Tentamos não recusar nenhum paciente, mas nem sempre é possível. Quando não garantimos os medicamentos, encaminhamos para outro local, geralmente para o Rio - acrescentou Mônica Praxedes.

Para Marcia Patrão, o serviço de quimioterapia é privilegiado, porque conta com o apoio da comunidade e dos profissionais de saúde.

- Gostaríamos de poder fazer mais por essas pessoas. Tentamos proporcionar qualidade de vida para quem não tem poucas expectativas de viver - concluiu.

CREMERJ inaugura

Este é o novo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, que no momento entregamos à categoria e à toda sociedade do Estado, sempre em defesa da ética, da saúde e da democracia. Com a frase solene, o Presidente do CREMERJ, Bartolomeu Penteado Coelho, concluiu a cerimônia de inauguração da nova sede do Conselho, no prédio anexo ao Centro Empresarial Rio, em Botafogo, dando início às comemorações do evento, que ocorreu no dia 25 de abril. Participaram da solenidade representantes de Conselhos Regionais de vários Estados do país, de entidades médicas, de autoridades estaduais e municipais, além de parlamentares e, principalmente, um grande número de médicos e profissionais ilustres como o ex-Ministro da Saúde Jamil Haddad, num total de mais de 600 pessoas.

Antes do discurso emocionado do presidente Bartholomeu Penteado Coelho, no auditório, os presentes assistiram o descerrar de duas placas de bronze em comemoração à data. Com frases majestosas a respeito da criação da nova sede , como "O nosso dever é vê-la contribuindo para a construção de um novo porvir da Medicina em nosso Estado", os três primeiros presidentes do CREMERJ da gestão Causa Médica - Eduardo Augusto Bordallo, Mauro Brandão e Bartholomeu Penteado Coelho - homenagearam a categoria com a primeira placa, exposta em frente à recepção do novo Conselho, emocionando a platéia que compareceu ao recinto para prestigiar.

Para descerrar a segunda placa, instalada no hall do prédio com a inscrição "Esta sede foi construída pelos médicos do Estado do Rio de Janeiro", foram convidados uma das primeiras profissionais inscritas no Conselho, Amélia Ângelo Pires, e também o último, Francisco de Assis Pereira, de 25 anos, que recebeu o seu registro profissional no exato momento da cerimônia. Além da carteira, Francisco de Assis, residente em clínica médica no Hospital Souza Aguiar, recebeu o Código de Ética Médica e o livro de Resoluções do Conselho.

É uma surpresa mais do que agradável poder inaugurar a minha carreira com uma solenidade como esta, onde estou representando toda a categoria dos recém-formados - afirmou emocionado Francisco.

Em seguida, centenas de convidados fizeram um tour pela nova sede, conhecendo as instalações do prédio, e unidades como a recepção, o CPEDOC, o setor de Processos Éticos Profissionais (PEP), a Diretoria, a SECCAT, o auditório e a plenária. As novas instalações impressionaram membros de outros Conselhos Regionais e representantes da categoria.

Amélia Angelo Pires, Bartholomeu Penteado Coelho e Francisco A. Pereira

Médicos lotaram o auditório, pequen

Após a visita, os médicos se dirigiram ao salão de convenções do Centro Empresarial Rio, do outro lado da alameda, para participar da palestra da solenidade. Ivanir de Melo, Secretário Estadual de Saúde, Waldir Mesquita, Presidente do Conselho Federal de Medicina, Eurípedes Carvalho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Eduardo Vaz, Presidente da Somerj, e a Diretoria do CREMERJ receberam a platéia que lotou o auditório - pequeno para receber a todos - enquanto o restante - mais da metade dos presentes - observava a cerimônia no telão instalado do lado de fora. Antes do discurso do Presidente, os médicos parabenizaram a iniciativa do Conselho Regional.

- A oportunidade de inaugurarmos a nova sede, moderna e mais eficiente, é ímpar. Estamos contribuindo para o incentivo a estes profissionais na luta pela manutenção da ética médica e da dignidade profissional no Estado - afirmou o Secretário Estadual de Saúde, Ivanir de Melo.

Waldir Mesquita, Presidente do CFM, também destacou a iniciativa do CREMERJ:

- É com enorme satisfação que estamos aqui, celebrando mais essa conquista do Conselho Regional de Medicina. Seu papel preponderante será o de utilizar essa nova sede com uma função principal: a manutenção da ética médica. O CREMERJ é um dos Conselhos mais importantes da história do movimento médico nacional. Não só porque é o segundo em número de médicos, mas fundamentalmente pela postura de ponta que sempre teve, no que diz respeito ao desenvolvimento e atuação na área dos Conselhos. Creio que, com a nova sede, o CREMERJ faz jus à qualidade da categoria médica que ele tem.

Em seu discurso solene, o Presidente do CREMERJ relatou a processo de mudança da velha sede da Cinelândia, que registrou uma parte da história da Medicina do Rio, para o novo prédio, em Botafogo.

O CREMERJ é, segundo Bartolomeu, motivo de orgulho para os médicos que o representam. Segundo ele, tudo começou com a gestão Causa Médica. Assim que foi conduzido à Presidência, o Conselhei-

Mais da metade dos presentes assistiu

● O Conselho Regional do Estado do Rio de Janeiro é muito importante, visto que é o segundo maior do Brasil. Sua atuação é extremamente positiva para a política médica do Brasil.

José Carlos Colares, Presidente do Conselho Regional de Minas Gerais

● O Conselho do Rio se destaca principalmente em defesa da ética, que é sua função fundamental. Mas sua atuação é ainda mais ampla em todos os movimentos políticos que se referem ao acesso do cidadão à saúde, de um modo geral, e em defesa da sociedade.

Luiz Sallim Emed, Presidente do Conselho Regional do Paraná

● A atuação do CREMERJ honra as tradições de luta da categoria médica. Durante muitos anos, o Rio foi o carro-chefe dessa luta e o Conselho do Rio está agora resgatando essa tradição. Essa nova sede vai elevar a moral dos médicos do Estado. Essa gestão da Causa Médica é realmente um marco para a melhoria da situação do médico e conseqüentemente da população.

Antonio de Pádua Cavalcante, Presidente do Conselho Regional de Alagoas

● O CREMERJ toma posições de vanguarda, que servem de exemplo para os Conselhos de Medicina de todo o país. A criação e ampliação de câmaras técnicas, por exemplo, pioneira no Rio de Janeiro, foi adotada também em outros Estados como Santa Catarina. A participação decisiva em defesa do SUS, através de um movimento político forte, também foi uma posição apoiada e adotada em meu Estado. A aquisição desta nova sede também representa uma conquista do corpo de Conselheiros do CREMERJ que servirá de exemplo para outros Estados.

Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do Conselho Regional de Santa Catarina

● O papel do CREMERJ como líder, sempre em busca do benefício da sociedade, é importantíssimo. A Resolução 100, por exemplo, que disciplina os postos de emergência do Estado, foi uma iniciativa genial, que deverá servir de modelo para documentos semelhantes em outros Estados. Neste contexto, a sede é de importância singular por-

oficialmente sua sede

nara abrigar todos os presentes à solenidade de inauguração da nova sede

O Presidente do CREMERJ relata o processo de mudança da sede

ira a solenidade de inauguração da sede fora do auditório

ro Eduardo Bordallo conseguiu sanear as finanças e entregou a Mauro Brandão um Conselho mais equilibrado e mais organizado. A idéia de mudança surgiu, então, na gestão de Mauro Brandão.

Foi muita audácia! Hoje estamos com a obra inteiramente paga, mas passamos por vários momentos de dificuldade. Tivemos que tomar, muitas vezes, medidas antipáticas junto aos funcionários. Aqui fica registrado o nosso agradecimento a eles, que compreenderam as dificuldades e que trabalharam, incansavelmente, para que chegássemos a esse momento - acrescentou o Presidente.

Ele citou algumas mudanças da nova sede, como a recepção, mais ampla e confortável que a antiga, e o CPEDOC - Centro de Pesquisa e Documentação em Ética Médica e Saúde Pública - setor recém- informatizado, que coloca à disposição da categoria uma farta bibliografia sobre ética.

- O médico que vier ao CPEDOC poderá utilizar também os computadores ligados à Internet. - acrescentou o Presidente.

Delegacias Regionais informatizadas, facilitando a comunicação com o médico do interior do Estado e o trabalho das Comissões e Câmaras Técnicas através do SECCAT, também foram mencionados pelo Presidente, que não se esqueceu de exaltar a iniciativa da Comissão de Ensino Médico, que conseguiu, após mobilizar entidades como o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, subordinar a criação e a implantação de cursos de graduação em Medicina à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde.

Para finalizar a cerimônia, que foi seguida de comemoração no salão de festas do Centro Empresarial Rio, o Presidente do CREMERJ resumiu o significado do novo Conselho:

- É um Conselho mais digno dos médicos do Estado, que amplia e moderniza o seu trabalho em defesa da dignidade profissional, sem corporativismo. Defendemos os dignos. O corporativismo radicalizado macula toda a categoria, colocando em igualdade os dignos e os indignos. A categoria médica vem sofrendo uma série de dificuldades: péssimas condições de trabalho, salários aviltantes, má remuneração dos planos de saúde, e muitos outros dados, mas nós estamos atentos, defendendo a dignidade profissional - acrescentou Bartholomeu.

que significa mais conforto e agilidade no atendimento dos profissionais.

Jurandir Dantas, Presidente do Conselho Regional de Pernambuco

● O CREMERJ sempre se apresentou como um dos Conselhos mais atuantes deste país, na defesa da ética, da dignidade e na luta pelos interesses dos médicos brasileiros.

Antonio Carlos Aleixo, Presidente do Conselho Regional da Bahia

● O CREMERJ sempre esteve na vanguarda do movimento da política médica do país e na liderança de uma mobilização a nível nacional. Esta sede traz benefícios para os médicos e também a sensação de crescimento do Conselho do Estado do Rio.

Antônio Pinheiro, Presidente do Conselho Regional do Pará

● O CREMERJ é o maior apoio que nós podemos ter dentro do movimento político, pois é a nossa representação legal em todas as instâncias. Estamos todos de parabéns por ter uma casa nova e ela é mais do que merecida. Os cerca de 40 mil médicos no Rio de Janeiro vão ter agora um ambiente próprio em que podem participar das atividades.

Gustavo Bertino, Diretor do Instituto Estadual de Cardiologia Aloísio de Castro

● A diretoria atual do CREMERJ tem desenvolvido uma gestão que nos deixa plenamente orgulhosos no Rio de Janeiro. Com toda certeza, é uma diretoria histórica na vida do Conselho, absolutamente integrada ao movimento médico e com uma enorme credibilidade no país todo. Temos mais um motivo para estarmos felizes com a compra desta sede magnífica, extraordinariamente funcional, moderna e muito bem localizada.

Flamarion Dutra, Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro

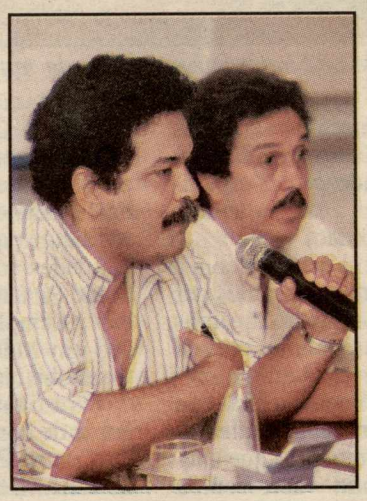
● A política do CREMERJ é muito atual e vem ao encontro dos anseios da categoria. Está sempre tentando resgatar a dignidade do médico e o papel que ele representa na sociedade. Isso é muito importante, pois não é apenas uma entidade de caráter punitivo, indo em busca das raízes dos problemas da saúde no Brasil.

Aloísio Decnop, Presidente da Associação Médica Fluminense

Debate sobre o SUS fez parte das comemorações

A saúde é a principal preocupação da população brasileira. O mesmo não pode ser considerado para o Governo federal. Em seu Plano de Metas, o Governo não assume o financiamento de verbas permanentes e diz apenas que está empenhado na discussão da PEC 169. Quando assume, transfere a responsabilidade para os Estados e Municípios. O modelo que o Governo quer implantar é centrado na cesta básica da saúde, implementando a seleção de clientela e a Medicina "de pobre para pobre, quem pode pagar, que faça o resto". E por fim, não menciona os médicos que recebem R$ 2,00 de consulta pelo SUS. Constatações como essas foram discutidas no debate "Financiamento do SUS e Consórcios Intermunicipais", promovido pelo CREMERJ e pela SOMERJ, no dia seguinte à inauguração oficial da nova sede, como parte das comemorações. O debate teve como palestrantes Frederico Caixeiro, da Secretaria Estadual de Saúde, e José Mendes Ribeiro, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), que também analisaram o Plano de Metas para a Saúde. Fizeram parte da mesa coordenadora o Vice-Presidente do CREMERJ, Aloísio Tibiriçá, e o Presidente da SOMERJ, Eduardo Vaz.

Ainda estiveram presentes Flamarion Dutra, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; Décio Silva Horto Júnior, da Associação Médica de Valença; Clésio Rodrigues dos Santos, da Associação Médica de Araruama; Carlos Zarro, da Sociedade Médica de Duque de Caxias; Paulo Wesley Bragança, da Associação Médica de Itaguaí; Paulo R. de Menezes, da Associação Médica de Angra dos Reis; Darcy Poubel de Castro, da Associação Médica Norte-Fluminense; José Mauro C. Mármore, da Associação Médica de Saquarema; Otávio Cabral, da Sociedade Médica de Campos; representantes de outros Conselhos Regionais de Medicina como do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Paraná; de outras entidades médicas e Secretarias Municipais de Saúde; e das Delegacias Regionais do CREMERJ.



Debate sobre o SUS reúne médicos, entidades médicas e autoridades da área da saúde (foto acima). Frederico Caixeiro, Aloísio Tibiriçá (foto à esquerda) e Eduardo Vaz (foto à direita) participaram da mesa

Aloísio abriu o debate, fazendo uma exposição sobre o Movimento em Defesa do SUS, que conclama a união da população e dos profissionais de saúde para reverter o caos em que se encontra a saúde e fazer valer os direitos de cada cidadão e dos médicos.

Ele lembrou que o Plano de Metas afirma que as verbas serão garantidas no orçamento através de percentual fixo nos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal. No entanto, não cita qual será o quantitativo desse percentual. Atualmente, os Estados são os que menos contribuem, cerca de 4%. Os municípios investem um pouco mais, em média 9%.

Para Caixeiro, a intenção do Governo na questão do financiamento está bastante clara.

- A ordem de grandeza de R$ 20 milhões é o orçamento para esse ano, já com a CPMF. O aumento para R$ 30 milhões é referente ao repasse dos Estados e Municípios - observou ele. O Governo chegou ao seu limite com relação ao financiamento da saúde. Encontrar formas de aumentar a participação dos Estados e Municípios é a intenção expressa no Plano.

Caixeiro ressaltou ainda que um ponto a ser levado em consideração no documento é o que se refere à Medicina supletiva, que cobre em torno de 38 milhões de pessoas. No município do Rio de Janeiro, 25% da população é assistida pelas empresas de saúde.

- O importante é que o setor cobre um quantitativo da população nada desprezível, sendo que há maior participação nos centros urbanos. Ao mesmo tempo, cidades como o Rio tem grande oferta de serviços públicos, inclusive os de alta complexidade. No interior do Estado, a situação é diferente. Por causa dos valores irrisórios pagos pela tabela do SUS, os servidores acabam abandonando o sistema. Os gestores municipais não têm poder para competir com a Medicina supletiva, principalmente, em relação ao valor das consultas.

Mensalmente, o SUS gera 2 milhões e 500 mil consultas do Estado. Dos R$ 25 milhões que o Estado gasta com todo o atendimento ambulatorial, as consultas representam em torno de 20%. De acordo com Caixeiro, se o Estado pagasse metade do valor da consulta da Medicina supletiva, isso significaria aumentar o teto em R$ 20 milhões só para pagar as consultas, fora os outros segmentos da tabela.

- Com o reajuste, o teto do Estado chegaria a R$ 75 milhões. O que não quer dizer que haveria melhora na competitividade do SUS com o mercado. O valor continuaria irrisório. É preciso analisar a tabela pelos setores mais frágeis e tentar promover aumentos por itens. Acredito que não deve ser um processo isolado, tem que envolver a sociedade e o corpo de profissionais. A longo prazo, as diferenças regionais de valores e a falta de liberdade dos gestores em adequar as verbas às suas necessidades políticas de saúde, devem ser resolvidas - considerou.

Eduardo Vaz destacou que a qualidade da assistência médica à população passa pela qualidade da remuneração dos médicos. Não basta que exista recursos, é importante que eles cheguem aos profissionais.

O problema das AIHs foi consenso durante o debate, principalmente, em relação à escassez de serviços de alta complexidade.

Uma das alternativas previstas para solucionar o impasse é o consórcio intermunicipal. A proposta viabiliza o atendimento através de vários municípios consorciados, que assumiriam um determinado procedimento de alto custo.

Após as explanações da mesa, houve um vivo debate entre os participantes.

- As AIHs deveriam ser referência para atendimento de qualidade, não para remuneração. Onde existe gestão semiplena, o SUS funciona melhor, porque o repasse não é por AIH, é global. O município tem autonomia para gerir com o controle social dos Conselhos Municipais de Saúde - comentou Jandira Feghali.

Segundo José Mendes Ribeiro, o Plano de Metas tem uma tendência à indução de oferta, quando aborda a criação de programas de saúde, como os de médico de família e agentes comunitários.

- Já que não conseguem cobrir toda a população, cobrem algumas clientelas segmentadas com programas de baixo custo, porém com grande efetividade. A integralidade e a universalidade da atenção são princípios do SUS que jamais podem ser abandonados. O que diferencia o Estado do mercado são as políticas universais e integradas. Não podemos trabalhar com seleção de clientela. Essa é a política "de pobre para pobre" - argumentou.

Antes do debate, a Vice-Presidente do Movimento em Defesa da Economia (MODECON), Maria Augusta Tibiriçá Miranda, fez uma explanação sobre o momento político-econômico atual, enfocando o neoliberalismo do Governo FHC e os seus reflexos, como a privatização da Vale do Rio Doce.

Defesa da saúde pública reúne lideranças nacionais em Brasília

Um grande ato-show em defesa da saúde e, particularmente, do SUS, reuniu em Brasília, no último dia 16 de abril, lideranças nacionais urbanas e rurais. O show S.O.S. SUS, organizado pela Plenária Nacional de Saúde, marcou os quase sete meses do movimento iniciado em setembro, em Minas Gerais, em defesa de financiamento permanente para a saúde.

O movimento, porém, atingirá seu objetivo ao ver aprovado no Congresso o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 169, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e do ex-deputado Valdir Pires, que está pronto para ser votado, já com aprovação de todas as Comissões, e que destina 30% do Fundo de Seguridade Social para a saúde.

Na véspera da chegada a Brasília da marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), bandeiras se misturavam às faixas em defesa do SUS, em uma integração que se repetiu no palco.

A médica e vice-governadora do Distrito Federal, Arlete Sampaio, e a Secretária de Saúde do DF, Maria José da Conceição, abriram o ato-show em defesa do SUS, que contou ainda com a presença de José Rainha (Líder do MST), Vicente Paulo da Silva, Vicentinho (presidente da CUT), Luiz Inácio da Silva, presidente de honra do PT, dos deputados federais Jandira Feghalli (PC do B-RJ) e José Pinotti (PMDB-SP), do presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Gilson Cantarino, que também apóia verba permanente para a saúde, e de vários médicos que participavam do Congresso da FENAM, em Goiânia, e lotaram dois ônibus para o evento.

Mas o ato não ficou apenas nas "falações" em defesa da saúde e contra a política neoliberal do governo federal. Os militantes e o povo em geral - a entrada foi gratuita - esbanjavam saúde acompanhando o show de Sivuca, Glorinha Gadelha, Kleiton e Kledir, Oficina Blus, Trem das Cores e Câmbio Negro.

Para a Coordenação Nacional do SOS SUS, foi proveitosa a participação das lideranças nacionais no ato, pois aponta para a conscientização delas para a importância de se avançar na implantação do SUS em todo o país. A Plenária Nacional de Saúde se reunirá em breve na Câmara dos Deputados, para avaliar o movimento e definir novas estratégias.

Ato-show S.O.S. SUS reuniu em Brasília lideranças nacionais, urbanas e rurais

Investir em saúde é decisão política

O Ato Nacional em Defesa do Sistema Único de Saúde foi marcado por debates na parte da manhã. A abertura contou com a participação da Vice-Governadora do Distrito Federal, Arlete Sampaio. Ela defendeu o movimento, lembrando que "este é o momento de a sociedade demonstrar ao governo federal que não aceita mais o descaso com a saúde".

Arlete Sampaio, que é médica, criticou o plano de metas do governo federal para a área, que aumenta para R$ 80,00 o gasto anual, per capita, com a saúde. "A Organização Mundial de Saúde recomenda que esse gasto seja de R$ 500,00", observou.

A Secretária de Saúde do DF, Maria José da Conceição, ao falar sobre "O SUS no DF", lembrou que o sistema de cota é prejudicial para a capital. Brasília, segundo ela, recebe do governo federal uma cota do SUS com base no número de habitantes, mas desconsidera a população das cidades do entorno (são 42 de Goiás e Minas Gerais) que utiliza os serviços de saúde do DF, triplicando o número de atendimentos nos hospitais públicos.

Edmundo Gallo, Secretário de Saúde de Belém, ao falar sobre "Gestão do SUS", também condenou a falta de investimento em saúde dos estados e da União.

PEC amplia direitos da Constituição de 88

O financiamento permanente para a saúde, lembrou o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), foi cogitado à época da discussão do capítulo Seguridade Social na Assembléia Constituinte, em 87/88, mas a proposta foi vencida. Em 89, as Disposições Transitórias definiam que 30% do orçamento deveriam ser destinados à saúde e foi justamente naquele ano, no Governo Sarney, que a saúde contou com o orçamento mais flexível de sua história.

- De lá para cá, cortaram tudo e o fator destrutivo dessa decisão refletiu na implantação do SUS - revelou.

A PEC 169, segundo Jorge, tem como objetivo justamente o de resgatar para a área de saúde o investimento permanente de 30% do Fundo de Seguridade Social, o que daria cerca de R$ 30 bilhões da área federal e R$ 10 bilhões dos estados e municípios.

A deputada federal Jandira Feghalli (PC do B-RJ), da Comissão de Saúde e Seguridade Social da Câmara e que integra a coordenação nacional do SOS SUS, foi contundente ao condenar a política do Governo FHC. A seu ver, dizer que o SUS não funciona por sua concepção não é verdade devido a interesses "oligárquicos e subservientes" que têm asfixiado financeiramente a saúde, com conseqüências na assistência médica, na remuneração e na contratação de recursos humanos e na Tabela do SUS.

São as pressões econômicas, na opinião de Jandira, que impedem que o Estado seja soberano nas políticas sociais e que fazem com que Educação e Saúde passem ao mercado competitivo, deixando o Estado apenas o papel regulador.

E para provar sua tese, Jandira lembra que a curva do orçamento da União para a saúde tem sido decrescente, enquanto a dos juros é ascendente.

Para o governo, vincular recursos para a área social é uma heresia - avaliou.

Ameaças pairam sobre o sistema

O ex-Prefeito e ex-Secretário de Saúde de Santos, David Capistrano, denunciou - ao falar sobre "Políticas públicas de saúde" - o descaso do governo federal para a área, lembrando que, desde a demissão do ex-Ministro Adib Jatene, o movimento em defesa da saúde tem lutado contra as ameaças que pairam sobre o SUS.

- O grande problema recente na história deste país, nos últimos 15 anos, é o divórcio entre o direito de discutir que conquistamos e os avanços sociais concretos na vida da população. Para tapar essa brecha entre o direito de falar e os avanços necessários precisamos lutar - conclamou.

Capistrano, porém, listou algumas conquistas dessa luta. A intenção de retirar da Constituição o direito de atendimento universal foi sustada, assim como a redução de verba para a saúde pela equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Ele ressaltou, ainda, que a organização do movimento tem feito a PEC 169 "caminhar".

- Temos recursos financeiros. O que nos falta é a decisão política dos que governam este país de utilizar esses recursos em defesa da população - afirmou ele.

Por Dentro do...

Nossa entidade se moderniza

Microfilmagens das 65 mil pastas, que contêm a vida dos médicos. Apoio ao Departamento Profissional da Somerj. Defesa dos SUS. Esses foram alguns dos assuntos abordados no IV Seminário Interno do CREMERJ, realizado em Angra dos Reis, entre os dias 10 e 13 de abril. O seminário teve como objetivos o maior entrosamento da diretoria com o corpo de Conselheiros e o estabelecimento de um plano de trabalho para o ano de 97.

Durante o Seminário, foi feita uma análise da saúde pública no Estado e do financiamento e gerenciamento do SUS. O CREMERJ apresentou a sua política de atuação em defesa do SUS, ressaltando ser o médico a mola mestra do sistema, devendo para tanto ser devidamente valorizado.

O evento abordou também a situação do movimento de convênios e discutiu a criação da Central e a tabela de honorários regionalizada. O CREMERJ declarou apoio ao Departamento Profissional da SOMERJ, que viabilizará a Central de Convênios.

A diretoria apresentou o novo CREMERJ, fazendo uma explanação das obras, da ampliação dos serviços prestados aos médicos. Os documentos necessários aos médicos serão disponibilizados através de CD-ROM, que será lido pelo novo sistema de informática do Conselho.

Bartholomeu Penteado Coelho, Presidente do Conselho, ressaltou a importância da modernização no atendimento ao médico.

- A recepção do Conselho está mais ampla e ágil. A implantação da informática permite respostas mais rápidas às solicitações, como carteiras e certificados. Os médicos, ao chegarem na recepção, recebem uma senha, para nos computadores acessarem seus dados cadastrais e situação de débito ou quitação das anuidades do CREMERJ. Posteriormente, será implantado a consulta do andamento das denúncias e processos éticos de interesse de cada um. O Centro de Documentação também foi informatizado. Três computadores estão a disposição da categoria com uma bibliografia diversificada, as resoluções e os pareceres. A Internet também está ao alcance dos médicos, permitindo consultas. Os médicos ainda podem utilizar os computadores do Conselho para navegar na Internet.

O novo CREMERJ não significa apenas uma mudança de sede, significa uma nova filosofia de trabalho - afirmou Bartholomeu.

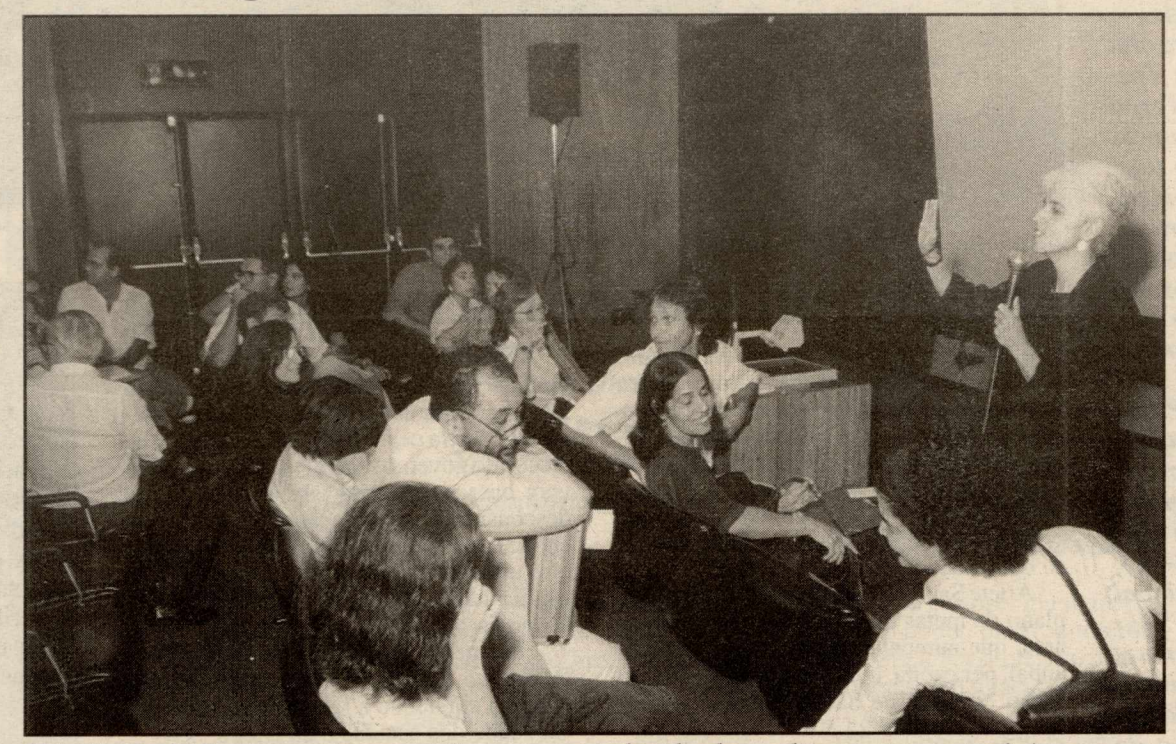
Novos avanços no tratamento da AIDS

Quais são os medicamentos anti-retrovirais disponíveis no mercado e como eles devem ser utilizados? Quais são os efeitos colaterais de cada um deles? Quando e como iniciar o tratamento? Estas e muitas outras dúvidas foram esclarecidas durante o simpósio "Novos avanços no tratamento de HIV/AIDS em adultos, crianças e gestantes", que aconteceu no dia 16 de abril, no Auditório do Centro Empresarial Rio. Organizado pela Câmara Técnica de AIDS do CREMERJ, o simpósio teve a participação de membros da categoria, estudantes e professores, como Suzie Andries Nogueira e Mauro Schechter, da UFRJ, Márcia Rachid, uma das coordenadoras do evento e secretária da Câmara Técnica de Aids do Conselho.

A dificuldade enfrentada por profissionais que trabalham com gestantes soropositivas foi um dos temas do simpósio. A complexidade do uso de medicamentos anti-retrovirais num período como a gestação e a falta de informação por parte dos profissionais da área foram questões levantadas pela professora Suzie, que alertou para a importância de se considerar as alterações fisiológicas durante a gravidez.

Segundo ela, os estudos do uso de anti-retrovirais devem levar em conta todos os períodos da gestação, incluindo o pós-parto, onde ainda existem riscos de transmissão. Ela lembrou que as mães HIVs positivas não podem amamentar seus filhos no pós-parto.

- Os bebês já vieram de um útero infectado. Eles têm o sangue exposto e é impossível saber, antes dos seis meses, se vão ser portadores do vírus ou não. Portanto, até a sexta semana, os bebês devem tomar o AZT, assim como suas mães - ensina.



Márcia Rachid criticou a prescrição e o uso indevido de medicamentos antagônicos

Médicos, professores e estudantes lotaram o auditório do Centro Empresarial Rio

O professor Mauro Schechter, da UFRJ, analisou a dinâmica do HIV e falou sobre a incompatibilidade e o mau-uso das drogas anti-retrovirais. A progressão da infecção em pacientes com hemofilia e a produção de vírus mutantes foram analisados pelo especialista.

- Quem começa a terapia e pára de uma hora para a outra, pode até voltar a tomar, mas corre riscos maiores de readquirir níveis virais iguais ou superiores aos anteriores ao tratamento - explicou o especialista. Aqueles que fazem uso de um mesmo medicamento durante vários meses oferecem resistência às drogas mais rapidamente. Quando aparecerem os primeiros sinais de resistência, já é hora de mudar os esquemas de tratamento - explicou Schechter.

A eficácia, a segurança e a tolerância a drogas foram questões levantadas por Márcia Rachid, secretária da Câmara Técnica de AIDS do CREMERJ, que falou sobre as estratégias do combate ao vírus.

- É necessário iniciar o tratamento com dois ou três medicamentos. Além disso, é fundamental observar interações medicamentosas, efeitos adversos e contra-indicações - acrescentou Márcia Rachid, que criticou a prescrição e o uso indevidos de medicamentos antagônicos, como o Saquinavir e o Indivanir, e o uso associado de drogas como AZT e o D4T.

Por Dentro do...

Materno Infantil divulga dados

A assistência materno-infantil no município do Rio de Janeiro está centrada no atendimento público. São 19 hospitais da rede , com 70,4% dos procedimentos obstétricos de partos normais e 29,6% de cesárias. O problema mais sério é a falta de recursos humanos. A desarticulação da rede pública está se refletindo na qualidade do pré-natal. Estes são alguns dados da pesquisa de campo que vem sendo realizada pelo Grupo Técnico do CREMERJ, para a avaliação da assistência materno-infantil no Estado para posterior tomada de posição. Os primeiros resultados referentes ao município do Rio foram divulgados no último dia 23. Durante a explanação estiveram presentes Abdu Kexfe e Rachel Niskier, membros do Grupo de Trabalho Materno-Infantil do CREMERJ, e representantes de unidades, como Instituto Fernando Magalhães, Instituto Fernandes Figueira, Hospital Estadual Rocha Faria, Maternidade-Escola de Laranjeiras, Maternidade Carmela Dutra e Hospital dos Servidores do Estado.

A cidade do Rio tem ao todo 23 maternidades: 17 públicas (a Herculano Pinheiro e a Fernando Magalhães estão em obras), duas privadas e duas filantrópicas. Juntas, totalizam 1.077 leitos obstétricos.

- Em cinco anos, houve uma redução de 300 leitos privados. Quando as obras da Herculano Pinheiro e da Fernando Magalhães estiverem concluídas, serão mais 174 leitos em atividade. Em relação à necessidade de leitos, consideramos que 80% da população é usuária da rede e os 20% restantes são assistidos por seguro saúde. Se não fosse a demanda de outros municípios, principalmente da Baixada Fluminense, o total de 1.251 leitos seria suficiente para atender à população da cidade. Atualmente, contando somente com as maternidades que estão funcionando, o déficit é de 269 leitos - afirmou Rosana Kuschnir, uma das integrantes do Grupo Técnico.

"Há no município do Rio um déficit de 269 leitos"

Rosane Kuschini

A Região Metropolitana, que abrange a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e os municípios do outro lado da Baía de Guanabara, corresponde a 73% dos procedimentos obstétricos do Estado. Deste percentual, 33% são feitos pelo município do Rio. 60% dos procedimentos acontecem em apenas seis hospitais. Grande parte das unidades tem potencial para o atendimento, mas não tem desempenhado seu papel.

Segundo Maria José Caramez, outra integrante do Grupo Técnico, área física, equipamentos e a manutenção deles não são problemas para as maternidades. O agravante está na falta de recursos humanos, principalmente nos hospitais do Ministério da Saúde, que são os que respondem pela baixa produção.

A qualidade no pré-natal foi apontada como questão primordial. De acordo com Luiz Guilherme Pessoa da Silva, chefe do Serviço de Obstetrícia do Instituto Fernandes Figueira, as gestantes não estão bem assistidas e existe descaso por parte dos profissionais que fazem pré-natal. Medidas simples que, na consulta, têm as funções de identificar, prevenir e tentar reverter os riscos de uma gravidez com complicações, não estão sendo tomadas.

- Recebo pacientes que fizeram pré-natal nas unidades básicas que não foram sequer pesadas, que nunca tiveram a pressão aferida ou os batimentos cardio-fetais verificados - ressaltou.

Outra questão é a desarticulação da rede. A principal pergunta do questionário da pesquisa de campo foi "É assegurado para cada gestante que faz o pré-natal na instituição o leito na ocasião do parto?". Quase 100% responderam que sim, mas essa situação não condiz com a realidade da maioria das unidades. Devido à grande demanda de pacientes, as maternidades não conseguem garantir a vaga.

Luiz Guilherme acrescentou ainda que as maternidades vêm trabalhando com número reduzido de pessoal, superlotação e atendendo a todos os níveis de complexidade, sem a referência das pacientes.

- As gestantes não conseguem ser internadas. Elas ficam em busca de leitos. Muitas vezes, não temos condições de atender a uma gestante de alto risco e temos que fazer "permutas" com outras instituições para conseguirmos uma vaga - considerou.

Paulo José Klingenfuss, do Hospital dos Servidores do Estado, ressaltou também que deveria se desenvolver uma campanha educacional em relação às pacientes. Para ele, seria importante difundir o que as instituições prestam de serviços à população. Desta forma, estaria contribuindo para equacionar o problema de referência.

"As unidades não têm desempenhado seu papel a contento"

Maria José Caramez

Após a apresentação dos resultados da pesquisa, o CREMERJ e os profissionais dos serviços discutirão as propostas para as bases da normatização.

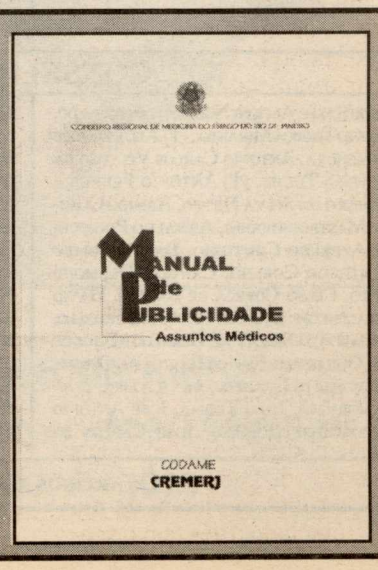
- Estamos muito preocupados com a assistência materno-infantil, não somente em relação ao processo ético, mas também sobre o atendimento à população. Os nossos trabalhos resultarão numa Resolução e as unidades deverão se adequar, visando à melhoria do serviço - concluiu Abdu Kexfe.

Manual orienta sobre ética

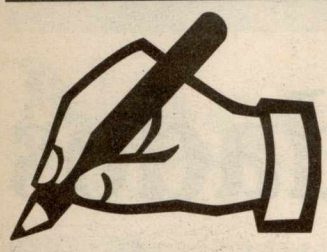
O Manual de Divulgação de Assuntos Médicos já está à disposição dos médicos no CREMERJ. O Manual tem como finalidade orientar os médicos, que, muitas vezes, incorrem em ilícitos éticos, não por intenção, mas por falta de informação.

Segundo o Conselheiro Mário Jorge de Noronha, coordenador da Comissão Permanente de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), alguns médicos têm pouca orientação por desconhecerem o Código de Ética Médica, as Resoluções e Pareceres do CFM e do CREMERJ. Somente em situações peculiares, o médico age de má fé, o que pode levar à abertura de processo ético.

- Além de conter capítulos inerentes a segredo médico, publicações e propagandas enganosas, uso indevido de fotografias, ausência de registro, entre outros, as Resoluções e Pareceres, que dizem respeito aos temas, também estarão no Manual. Apresenta ainda, exemplos de consultas, artigos e trabalhos científicos que enriquecem o conhecimento do médico - afirmou o Conselheiro.



CARTAS



Diante da problemática da formação médica em nosso país e do número excessivo de profissionais lançados anualmente num mercado saturado como o do Estado do Rio de Janeiro, causa-nos estarrecimento os anúncios veiculados pelos jornais de vestibulares para novas Escolas de Medicina no Estado. Qual é o posicionamento do Conselho sobre este assunto, e como são fiscalizadas ou aprovadas novas escolas, e até mesmo as já existentes?

Plínio Tostes Berardo e Renata Szundy - Médicos

NR - O CREMERJ é contra a proliferação de escolas médicas. Veja reportagem na página 3 desta edição.

❑❑❑

Gostaria de saber se há a possibilidade de utilizar a biblioteca do CREMERJ.

Precisaria de dados como horário de funcionamento, se há acesso ao MEDLINE e facilidade de acesso às principais publicações.

Carlos Alberto Mussa - Médico

NR - A biblioteca, com suas principais publicações, bem como o MEDLINE estão à disposição dos médicos das 9 às 18 horas.

Acuso e agradeço o recebimento do registro em vídeo do importante Ato Público ocorrido na ALERJ, dentro do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública e Plena Implantação do SUS, que mereceu minha especial atenção.

José Aristodemo Pinotti - Médico - Deputado PMDB-SP

❑❑❑

Antes de mais nada, gostaria de parabenizá-los pela entrada na Internet. Isso nos permite um fácil acesso ao nosso Conselho.

Como meu endereço estava desatualizado, não recebi a anuidade. Por gentileza, enviem uma segunda via para pagamento em banco, se isso for possível ou me oriente via e-mail, como devo proceder para estar em dia com as minhas obrigações junto a este órgão.

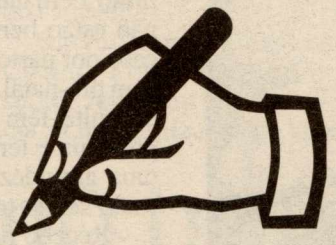
Frederico Araujo de Lucena - Médico

NR - Poderá quitar a anuidade na Tesouraria da nossa sede em Botafogo, no horário das 9h30m às 17h, pessoalmente ou através de um portador munido do nº do seu CRM.

❑❑❑

Uma preocupação constante de todo médico sintonizado com a realidade brasileira é a crise porque passa o ensino médico neste país. Concentração de escolas em alguns centros urbanos, com proporcional carência em grandes regiões do território nacional, multiplicidade de escolas que não proporcionam uma formação decente ao aluno, ausência de hospitais-escolas, professores mal preparados, o uso de critérios políticos em detrimento de pareceres técnicos, a ganância com que se lançam empresários da educação sobre o curso médico. A sucessão de problemas não termina, citei apenas superficialmente.

O motivo desta carta foi o anúncio da abertura de mais um curso médico no Rio. É uma tristeza... Este Estado não precisa de novos cursos, precisa reformar os que já existem, provavelmente fechar alguns...



O Conselho não tem poderes para controlar isso? É o objetivo primordial dessa entidade zelar pela boa prática médica, pela boa formação do médico. Nós lemos todos os meses no Jornal do CREMERJ as mazelas que enfrentamos. Permitir mais escolas em um centro já demais saturado é a solução? Decepciono-me um pouco a cada dia. Escolas estão formando médicos como se faz pão, às fornadas... E a qualidade, onde fica?

Caros Conselheiros, esta carta é um desabafo, mas encerra genuína preocupação com nossa profissão, nossa carreira, nossa arte, nossa ciência... Os senhores podem fazer alguma coisa...

Monys C. Kaisermann - Médico

❑❑❑

Seria ótimo se o CREMERJ pudesse estar também na Internet, incluindo os principais artigos de números anteriores.

José G. Mataruna - Médico

❑❑❑

Gostaria, se possível, de receber uma cópia do documento sobre o funcionamento proposto para a Central de Convênios.

Rogério Tavares - Médico

❑❑❑

A respeito da Circular sobre a Comissão Estadual de Honorários Médicos. As respostas às perguntas me parecem mais que óbvias para todos que vivem e sofrem as conseqüências dos atos destes verdadeiros bandidos que exploram a Medicina, da forma mais descarada que jamais se viu ou sentiu, tirando o velho Inamps, Conasp etc. Sou de opinião que nossas instituições são impotentes contra os "planos de saúde". Nossa classe é como que cavalo preso pela cordinha... Se soubesse a força que tem! Creio que nossas entidades deveriam começar por sentar o peso de nossa leis sobre os médicos empregados dos planos, que cometem verdadeiras barbaridades contra a ética, respeito, dignidade e bom senso. Mas, isso fica sempre pelo caminho e nunca dá em nada! Tenho experiências que desanimam! Os tais diretores técnicos são figuras de retórica ou existem mesmo? Se existem, tendo em vista sua torrente de atos indignos, porque continuam impunes e agindo como se nada acontecesse?

Mozart Guariglia de Oliveira - Médico

NR - O Conselho está atento a esse assunto. Quanto à alegada impunidade dos diretores técnicos, a realidade não é bem assim. Nossos processos éticos são sigilosos, mas as providências cabíveis têm sido tomadas com freqüência.

❑❑❑

O CREMERJ sente-se honrado com a centena de manifestações de congratulações pela nova sede que recebeu das associações e sociedades médicas, de sindicatos médicos de todo o interior do estado e de vários outros estados, de vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos e secretários municipais de saúde, do Ministério da Saúde, de associações de docentes, de diretores, professores e alunos de Faculdades de Medicina de todo o país, de associações de hospitais, de Conselhos de Medicina de outros Estados e de Conselhos de outras categorias profissionais e, principalmente, com a centena de telegramas, cartas e fax de colegas.

EXPEDIENTE

CREMERJ

DIRETORIA

PRESIDENTE
BARTHOLOMEU PENTEADO COELHO.
VICE-PRESIDENTE
ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA.
1º SECRETÁRIO
ALCIONE NÚBIA PITTAN AZEVEDO.
2º SECRETÁRIO
MÁRIO JORGE ROSA DE NORONHA.
TESOUREIRO
PABLO VASQUEZ QUEIMADELOS.

CONSELHEIROS

ABDU KEXFE, ALCIONE NÚBIA PITTAN AZEVEDO, ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, (†) ALOYSIO JOSÉ ALMENDRA, ANTÔNIO CARLOS VELLOSO DA SILVEIRA TUCHE, (†) ANTÔNIO FERREIRA RIBEIRO DA SILVA NETTO, ARMIDO CLÁUDIO MASTROGIOVANNI, ARNALDO PINESCHI DE AZEREDO COUTINHO, BARTHOLOMEU PENTEADO COELHO, CANTÍDIO DRUMOND NETO, CELSO CORRÊA DE BARROS, DAVID SZPACENKOPF, EDUARDO AUGUSTO BORDALLO, EDUARDO DA SILVA VAZ, GERALDO MATOS DE SÁ, GUILHERME EURICO BASTOS DA CUNHA, HILDOBERTO CARNEIRO DE OLIVEIRA, IVAN LEMGRUBER, JOÃO TOBIAS, JOSÉ ANTÔNIO ALEXANDRE ROMANO, JOSÉ CARLOS DE MENEZES, JOSÉ MARCOS BARROSO PILAR, JOSÉ MARIA DE AZEVEDO, JOSÉ RAMON VARELA BLANCO, KÁSSIE REGINA NEVES CARGNIN, MAKHOUL MOUSSALLEM, MARCELO RUBENS, MÁRCIA ROSA DE ARAÚJO, MARCOS BOTELHO DA FONSECA LIMA, MARIA ALICE GOSENDE WERNECK GENOFRE, MARIA IZABEL DIAS MIORIN, MARIO JORGE ROSA DE NORONHA, MAURÍCIO VIEGAS MIRANDA, MAURO BRANDÃO CARNEIRO, PABLO VAZQUEZ QUEIMADELOS, PAULO CESAR GERALDES, RENAM CATHARINA TINOCO, RUI HADDAD, SÉRGIO ALBIERI, SÉRGIO PINHO COSTA FERNANDES, VICTOR GRABOIS, VIVALDO DE LIMA SOBRINHO.

DELEGACIAS

REGIÃO DOS LAGOS
COORD.: DR. DELORME BAPTISTA PEREIRA AV. JÚLIA KUBTISCHECK, 35/114
CABO FRIO, 28905-000
TEL.: (0246) 43-3594

CENTRO NORTE FLUMINENSE
COORD.: DR. PAULO WALKER DUARÊ
RUA LUIZA ENGERT, 01, SALAS 202/203 NOVA FRIBURGO, 28610-070
TEL.: (0245) 22-1778

SUL FLUMINENSE
COORD.: DR. JÚLIO CESAR MEYER
RUA DEZESSEIS, 109 - SLS 414 E 416
VILA S. CECÍLIA - VOLTA REDONDA, 27260-090
TEL.: (0243) 42-0577

NORTE FLUMINENSE
COORD.: DRA. LIGIA MARIA MENEZES MUYLAERT
PÇA. SÃO SALVADOR, 41/1.405
CAMPOS, 28010-000
TEL.: (0247) 22-8184

REGIONAL DE NITERÓI
COORD.: DR. ALOÍSIO DA SILVA BRAZIL
RUA CEL. GOMES MACHADO, 136, 1.201
NITERÓI, 24020-062,
TELS.: (021) 722-5892/717-3177

REGIÃO SERRANA
COORD.: DR. JOÃO TOBIAS
RUA ALENCAR LIMA, 35, SALAS 1.208/1.210
PETRÓPOLIS , 25620
TEL.: (0242) 43-4373

BAIXADA FLUMINENSE
COORD.: DR. KLANIR ROSA MARQUES
R. DR. JUIZ MOACIR M. MORADO, 88/202
CENTRO - N. IGUAÇU, 26225
TEL.: (021) 768-1908

COSTA VERDE
COORD.: DR. EVARISTO DE PAULA MINONO
RUA PROFESSOR LIMA, 160 - SLS 506 E 507
CENTRO - ANGRA DOS REIS, 23900-000
TEL.: (0243) 65-3021

VALE DO PARAÍBA
COORD.: DR. JOSÉ LUIZ GOMES RIBEIRO
RUA DOS MINEIROS, 67, SALAS 301 A 303
VALENÇA, 27600-000
TEL.: (0244) 52-2044

NOROESTE FLUMINENSE
COORD.: DR. NORTON W. P. MARTINS
RUA 10 DE MAIO, 626 - SALA 406
ITAPERUNA, 28300-000
TEL.: (0248) 24-3590

CONSELHO EDITORIAL

MAURO BRANDÃO • EDUARDO BORDALLO E A DIRETORIA
JORNALISTA RESPONSÁVEL
NÍCIA MARIA
REG. PROF. MT 16.826/76/198
ASSESSORIA DE IMPRENSA
ANDRÉA PENNA
PRODUÇÃO
GLIFO COMUNICAÇÃO E PRODUÇÕES GRÁFICAS LTDA.
- TELS.: (021) 275-5681 E 541-4122
EDIÇÃO
NICIA MARIA
REPORTAGEM
ELISA LOPES TORRES, MANUELA CANTORNA, JULIANA TEMPORAL E ÂNGELA ROMITO (DF)
PROJETO GRÁFICO
JOÃO FERREIRA
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
CÁRLOS EDUARDO S. SANTOS
FOTOLITO E IMPRESSÃO
S. A. TRIBUNA DA IMPRENSA
TIRAGEM: 45.000 EXEMPLARES.
PERIODICIDADE: MENSAL
CREMERJ - PRAIA DE BOTAFOGO, 228 - BOTAFOGO TEL.: (021) 552-9346
e-mail: cremerj@ism.com.br

* OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO CREMERJ.

Pediatra usa fotografia como parceira e hobby

ESPAÇO Cultural CREMERJ

"O poder da fé", foto montagem preferida do pediatra Arnaldo Pineschi

Entardecer no Centro do Rio. Ao mesmo tempo em que as luzes dos prédios começam a se acender, o céu ainda está iluminado pelo pôr-do-sol. A imagem parece perfeita para uma fotografia. Para muitos, um leve toque na máquina poderia estragar tudo. Para o pediatra e fotógrafo Arnaldo Pineschi, Conselheiro do CREMERJ e representante do Rio no Conselho Federal de Medicina, o movimento da câmera pode se transformar num efeito especial. As luzes deixam a sua forma habitual e passam a ser uma visão abstrata, dando margens à imaginação de cada um.

- O olhar de um fotógrafo é capaz de captar detalhes que passam despercebidos pela maioria das pessoas. Um simples detalhe pode ser a inspiração - diz ele. A principal característica de um fotógrafo é estar atento ao ambiente à sua volta, seja ele natural ou concreto. Ser sensível o suficiente para perceber situações que os outros não conseguem ver.

Duas cenas distintas: o rosto triste de uma criança e um casebre. Fundindo as imagens, o pediatra dá vazão à sua criatividade e exprime seus pensamentos:

- O que sempre me atraiu na fotografia foram as técnicas de laboratório, fotomontagem e efeitos especiais. Através da fotomontagem, consigo modificar a imagem e me expressar da melhor forma. O rosto triste de uma criança e um casebre, isoladamente, têm o seu sentido. Quando eu combino as duas imagens, transmito a idéia de pobreza - explica.

Uma pessoa em cinco posições diferentes e cruzes. A foto preferida do pediatra é a fusão dessas cenas e chama-se "O poder da fé". Para Pineschi, quando acreditamos num ideal, nos multiplicamos para atingi-lo.

E ele usa a fotografia como parceira na medicina, para ilustrar seus trabalhos técnicos, registrar pacientes e preparar suas aulas.

- Alguns colegas médicos já me pediram para fotografar cirurgias para registro científico. Costumo também montar slides para ilustrar palestras. É uma forma de unir o hobby à profissão - diz ele.

O interesse pela fotografia começou na época de faculdade, quando teve a oportunidade de viajar para o Campus Avançado da UEG (hoje UERJ) em Parintins, no Amazonas. A possibilidade de conhecer uma região repleta de belezas naturais despertou a vontade de fotografar. Voltou com dez filmes para revelar. A partir daí, não parou mais. Livros, equipamento profissional, cursos e exposições de fotografia passaram a ser rotina.

Pineschi fez diversos cursos na Associação Carioca de Fotografia, que funcionava na Sociedade Brasileira de Belas Artes. O fotógrafo e professor Francisco Azmann foi o seu grande incentivador e quem lhe ensinou as técnicas de laboratório, montagem, solarização e separação de tons. Através da Associação, o pediatra participou de várias exposições no Rio, São Paulo, Espírito Santo e também no exterior, como na Argentina, Estados Unidos, França e Alemanha.

- Fotografar significa satisfação pessoal e criar com arte - garante Pineschi.

Segundo o pediatra, não existe coerência nem unanimidade para o que é considerado arte. No entanto, assim como o professor Azmann, ele acredita que arte é tudo aquilo que se gostaria que estivesse pendurado na parede para admirar.

- Só fotografo o que eu gosto. Isso já é o suficiente para ser a minha arte. A satisfação pessoal vem quando sou criativo e consigo transmitir algum sentimento com as minhas fotos. Se o que eu quis transmitir é entendido pelas outras pessoas, a satisfação é ainda maior - conclui.

O Espaço Cultural volta às suas atividades na nova sede, no dia 26 de junho, com a abertura de exposição de fotografias de Arnaldo Pineschi e show dos médicos Javier Mendes, Karen Coelho, Wânia Freitas e Márcia Rosa de Araújo

Salgado Filho implanta o regime de 40 horas

A Secretaria Municipal de Saúde implantou no Hospital Salgado Filho um novo projeto de funcionamento, adotando a jornada de trabalho de 40 horas semanais para os médicos. De acordo com o decreto nº 15.438, que institui o projeto, haverá um acréscimo da produção dos serviços e, conseqüentemente, redução da necessidade de servidores.

O acréscimo de horas de trabalho será pago sob a forma de gratificação, a título de encargos especiais, utilizando-se o mesmo parâmetro dos valores praticados no Sistema Cooperativo, implantado pela Secretaria Municipal de Saúde.

A Secretaria adotou o critério de opção para os servidores com interesse pelo projeto. Os não optantes serão transferidos para outra unidade. Para efeito de lotação, serão conciliados os interesses dos servidores com os da Secretaria. Segundo o diretor do hospital, Flavio Adolpho, houve 60% de adesão. Dos 420 médicos, 250 optaram pelo regime de 40 horas. 15 deles são radiologistas, sendo que a legislação não permite que trabalhem 40 horas.

Flavio Adolpho afirmou que o médico concursado que entra hoje no serviço público, vai receber como salário inicial R$ 2.190,00, mesmo valor que os médicos das cooperativas recebem só que estes não têm direito aos encargos sociais.

- Não tenho a menor dúvida que o projeto vai dar certo. Ele consolida uma luta antiga dos médicos, que é ganhar um salário digno, sem ter que trabalhar miseravelmente em quatro ou cinco empregos. O servidor público receberá vencimentos, produtividade, encargos especiais e os sociais, incluindo 13º salário e férias. Esse salário poderá chegar a R$ 3.500,00, dependendo do tempo de serviço - considerou.

Os cálculos utilizados para chegar ao salário inicial de R$ 2.190,00, segundo Flávio Adolpho, foram: vencimento base de R$ 387,54, encargos especiais de R$ 1.239,71, adicional de insalubridade de R$ 77,50, adicional noturno de R$ 135,74 e produtividade estimada em R$ 350,00. Os valores de encargos especiais e produtividade não são incorporados para a aposentadoria. Após seis meses de avaliação, o projeto poderá ser votado na Câmara dos Vereadores e transformado em lei.

Hospital Municipal Salgado Filho: novo modelo de funcionamento

Para Francisco Medina, médico do hospital, o projeto segue o mesmo modelo das cooperativas que a Secretaria Municipal instituiu no Hospital Lourenço Jorge. Ele tem receio que o projeto se transforme em enxugamento do quadro de pessoal .

- O projeto não está respeitando as características do hospital e não garante a qualidade no atendimento. A jornada de 40 horas foi uma decisão da Secretaria de Saúde. O projeto deixou de ser "do hospital", para ser "para o hospital". A proposta do hospital era de jornada de 40 e 30 horas, de modo a flexibilizar os horários dos médicos. Estamos perdendo profissionais que estão há 20 anos no hospital, porque não podem se dedicar exclusivamente a ele. Com 30 horas, esses profissionais poderiam ficar no hospital e continuar com outras atividades fora. Não está havendo respeito ao profissional que tem vasta experiência e sempre se dedicou ao serviço.

Flavio Adolpho destacou que o projeto foi discutido durante um ano e meio com todos os profissionais. A direção e o corpo clínico só conseguiram efetivá-lo, devido ao estímulo do Secretário Municipal de Saúde, Ronaldo Gazolla. Ressaltou também que o hospital comprometeu-se a alcançar níveis de produtividade que validam o projeto.

- O ambulatório aumentará o número de consultas de 3.500 para 11.000. O aumento da carga horária vai possibilitar que o ambulatório funcione de manhã e de tarde. Os atendimentos de emergência conseqüentemente diminuirão de 13.000 para 4.000. Já sabemos que apenas 30% dos casos que aparecem no Salgado Filho são referentes à emergência; os 70% restantes são do ambulatório. As internações aumentarão de 380 para 920 uma vez que o hospital funcionará de segunda à segunda, permitindo alta nos fins-de-semana, o tempo médio de permanência cairá de 14 dias para sete - disse.

De acordo ainda com o decreto, não farão jus à gratificação os servidores que apresentarem às seguintes situações funcionais: tenham assinaladas no mês anterior faltas não abonadas; tenham sofrido penalidade disciplinar de qualquer natureza; sejam beneficiários de quaisquer outras gratificações embasadas nos mesmos critérios de concessão; e, estejam em gozo de licenças prêmio e de saúde por prazo superior a 30 dias, em cada período de 12 meses, ou qualquer outra hipótese legal, que não se considere como de efetivo exercício.

Jornal do CREMERJ
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Praia de Botafogo, 228 - Botafogo - CEP 22359-900 - RJ - Tel.: 552-9346
IMPRESSO